

O "X" DA CORRUPÇÃO ENTREVISTA COM CLAUDIO WEBER ABRAMO

ANÁLISE

Plano de Contingência para os desastres pluviais:
por que não há?

EM FOCO

Os perigos da vacina contra a Gripe A H1N1



Editorial

Análise

Fraude, um passo a frente.....06

Em Foco

Plano de Contingência: o inexistente nos desastres pluviais do RJ.....09

Os perigos da vacina contra a Gripe A H1N113

Entrevista

O X da corrupção24

Acontece

Análise

A importância da Gestão de Risco no serviço de proteção pessoal.....38

Ler&Saber

A revista Gestão de Riscos é uma publicação eletrônica mensal da Sicurezza Editora.

Rua Barão de Jaceguai, 1768. Campo Belo - São Paulo - SP, 04606-004, BRASIL

Diretores | Antonio Celso Ribeiro Brasiliano e Enza Cirelli. **Edição e Revisão** | Mariana Fernandez. **Arte e Diagramação** | Agencia BM Design

Colunistas | Mariana Fernandez **Colaboradores desta edição** | Alex Henrique, Ayrton de O. Cardozo e Claudio Weber Abramo

Brasiliano & Associados Online | www.brasiliano.com.br/blog

técnica, precisão e agilidade

requisitos fundamentais para a gestão de riscos!!

Sua empresa possui? Ou simplesmente chuta?



POLÊMICOS E SOLUCIONÁVEIS

Corrupção, fraude, falta de contingência, indiferença. A Gestão de Riscos deste mês traz temas antigos mas que estão sempre em pauta por nunca deixarem de ser notícia. No caso da corrupção, por exemplo, sempre falada, sempre culpada de demais mazelas do país, muito criticada e pouco solucionada. Falam todos raramente mas quase nenhum trata do tema de forma razoável. Quais são os reais efeitos das práticas de corrupção executadas por representantes do poder público? O que fazer para combater efetivamente tal mal?

Neste mês a Gestão de Riscos responde as duas perguntas acima. Na seção Ler & Saber, o lançamento de Lara Mendes, *Corrupção: um efeito sobre a taxa de juros*, explica em seu título um efeito da prática delituosa dos representantes da nação nela própria. Na B&A Entrevista, o jornalista e diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo, fala escancaradamente da corrupção, explicando como enfrentá-la.

Outros temas polêmicos, mas nem por isso sem solução, abordados neste mês são a falta de planejamento de contingência verificado nos desastres pluviais do Estado do Rio de Janeiro no último mês e os riscos da vacina, H1N1.

A responsabilidade pelo desenvolvimento e aplicação de um planejamento de contingência em áreas de risco é do poder executivo municipal, que deve estar mais próximo das peculiaridades geográficas da região que governa. Isso, muita gente sabe. Mas sendo os prefeitos das cidades os responsáveis por autorizar ou negligenciar a ocupação das áreas de risco e, primeiramente, por possuírem um mapeamento dessas áreas, quando um prefeito tem a coragem de dizer que não sabia do risco corrido pela população, vemos que o povo não pode confiar em seus governantes, que não se preocupam em zelar pelo mínimo que se espera deles que é a sobrevivência, de sua população.

Em outro trecho da reportagem *Plano de Contingência: o inexistente nos desastres pluviais do RJ*, vemos a declaração do prefeito de Niterói de que irá “tentar” retirar a população das áreas de risco. Onde está o “pulso” desse governante? Que arranje verba e salve que, ainda não morreu até a próxima tempestade. Mas se ele não é o único culpado, vai dividir a culpa com seus antecessores e colegas de legenda, que há 15 anos governam a cidade.

Quanto à massiva campanha de vacinação contra a Gripe A H1N1, na matéria a seguir, você saberá quais os reais riscos tanto da gripe quanto da vacina, que parecem bem maiores.

Não poderia deixar de notar aqui uma conversa que tive com a médica da minha família, membro do conselho do CRM que me disse que nem ela, nem todos seus colegas tomaram ou tomarão a vacina. Segundo ela, a maior campanha de vacinação no hemisfério norte será somente no segundo semestre, antes do inverno deles, quando já se terá um relatório sobre os efeitos adversos da vacina que não contou com um prazo de testes nem com a de seus fabricantes, ou seja, “nós somos os testados”, ela disse.

Mais artigos, acontecimentos, livros e tudo o que você, nosso querido leitor merece: diferença e profundidade na abordagem dos fatos relevantes ao mundo do risco corporativo.

Boa leitura,

Mariana Fernandez

Editora

Serviços de Outsourcing

**Tire o peso de suas costas !
Deixe para quem é ESPECIALISTA!!**

Outsourcing é a terceirização do processo de gestão de riscos e da segurança empresarial. O escopo inclui o planejamento, a implantação e a administração de todos os serviços e processos terceirizados.

VANTAGENS DO OUTSOURCING:

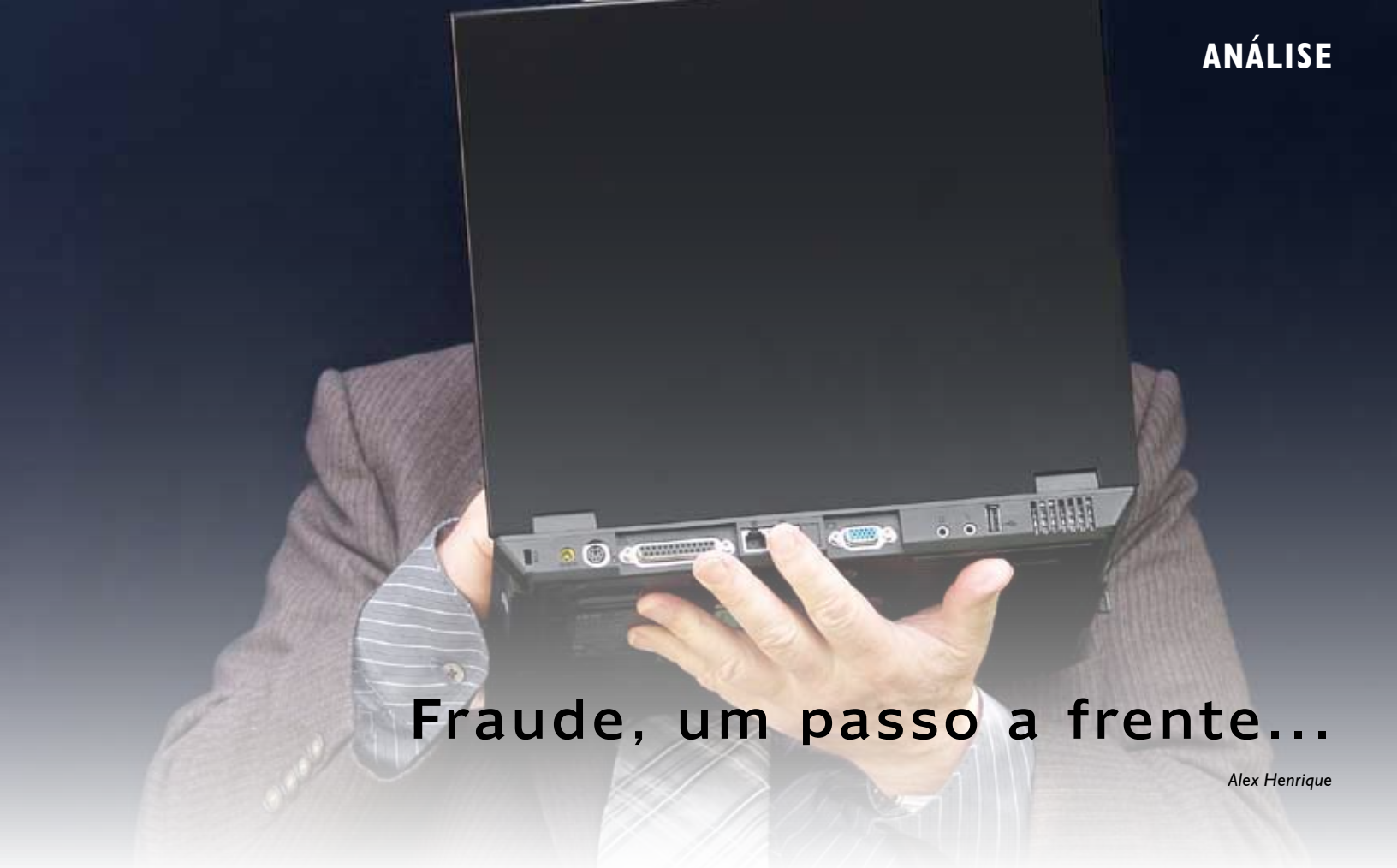
- Mão-de-obra especializada
- Melhoria da qualidade do serviço
- Otimização de recursos
- Aumento da produtividade
- Liberação da estrutura da empresa para sua atividade fim
- Simplificação da estrutura interna
- Redução de ação trabalhista
- Agiliza decisões e ações



Consulte – nos!!!

informações | 11 5531-6171
| www.brasiliano.com.br
| info@brasiliano.com.br





Fraude, um passo a frente...

Alex Henrique

De hoje em diante acredito, mas há pouco tempo negava até em meus pensamentos.

Tudo começou quando descobrimos um desvio de conduta de um funcionário do setor de transportes, a partir daí, como diz um velho ditado, “ a cada enxadada um punhado de minhoca”.

Pois é, resolvemos sacudir os tapetes daquele setor e organizar o desorganizado, mal sabíamos qual seria a verdadeira necessidade ou o fator principal que ocasionou aquela situação que ainda estava obscura.

Por muitas vezes, me peguei fielmente confiante em meu quadro funcional, mas depois dessa, mudei. Quero dizer que não sou desconfiado ao extremo e não tenho deliberações absurdas aos meus diretos, pelo contrário, essa lição serviu para que pudéssemos conceituar pessoasXprocessosXdinheiro.

Continuo raciocinando como antes, porém usando nessa receita um tempero diferente, a precaução. Em doses fracionadas e sem exageros, misturo a precaução nas tomadas de decisões importantes, ao mesmo tempo semeando a prática do uso constante desse ingrediente.

O texto acima seria apenas mais um dos sinceros relatos de um empresário que teve sua segurança violada. Apenas mais um, se deixarmos de lado a gravidade da ocasião e nos tornarmos somente expectadores da cena. Pelo contrário, o que devemos fazer é trazer às nossas realidades os fatos e capítulos vividos por esse gestor de empresas.

Caro leitores, poderíamos, é claro, ilustrar belíssimas histórias de golpes e fraudes, belíssimas porque são realmente estruturadas, planejadas e bem executadas. Existe um plano estratégico em cada uma, elaborado nos mínimos detalhes.

Um determinado percentual das altas fraudes de mercado ocorreram em razão de falhas claras e simples de um processo, mas foram identificadas somente após uma ocorrência fraudulenta.

Um bom tratamento preventivo ajuda muito na questão de “inibir” ou “coibir” as tentativas de uma fraude em uma empresa ou corporação. Sabemos que as estatísticas de mercado mundial apontam que até 75% das fraudes sofridas estão concentradas em falhas internas, conforme falamos. É prospectada por funcionários dos mais diferentes setores de um segmento empresarial, razão pela qual, dificulta termos um perfil do suspeito, seja por um funcionário interno, ou até mesmo por um prestador de serviços.

Quanto à questão “*modus operandi*”, onde entendemos em fatias os passos dados pelo fraudador para obter êxito em seu trabalho, adquirimos nesse, um conhecimento extra, que nos proporciona tomadas de ações instantâneas, para “tapar esse” ou “aquele buraco” pelo qual canalizou o golpe, mas é só.

Realmente! Talvez estejamos premiando com muitas qualidades nosso oponente, esse fantasma não merece sequer uma gota de compaixão, mas infelizmente, nos últimos dias, nos deparamos com os inúmeros ataques de fraude em diversos ramos empresariais e, paralelamente, o aumento potencial de estruturas que divulgam técnicas, treinamentos e até mesmo equipes de auditoria para auxiliar no tratamento preventivo ou pós-fraude a uma empresa.

Alguém já tomou conhecimento de alguma empresa que contratou um fraudador? Provavelmente sim. Pois é, por um lado seria uma conduta fora dos padrões éticos para qualquer empresa, mas hoje em dia é uma prática comum. Em manchetes de jornais, seja escrito ou falado, divulgam que o responsável por invadir um grande sistema de uma empresa foi admitido para subsidiar ferramentas que impedem novos ataques.

Nesse contexto, apenas para ilustrar que em determinados momentos uma aliança como essa poderá trazer benefícios, claramente com seus limites e restrições, essa, configura-se mesmo assim uma medida muito arriscada.

Vamos às manchetes;

- É seguro contratar um “hacker” para garantir a segurança dos sistemas?

- Hacker que invadiu o Pentágono tem extradição facilitada.

- Quer uma vaga na área de TI? Seja um hacker!

- Hacker ou Cracker, eis a questão.

Para o “Hacker”, falamos agora de um inimigo virtual, ou seja, um criminoso eletrônico. Observem o grau de dificuldade que teríamos para descobrir a tempo de criarmos alguma prevenção.

Um passo a frente, como intitulamos esse artigo, não quer dizer que estejamos perto da solução, é uma distância mutável, pois a cada arquitetura despendida em uma nova operação fraudulenta conhecemos um novo oponente, contudo não alcançamos a real distância para nos colocarmos a frente deles...

Alex Henrique

Formado em Gestão Estratégica de Pequenas e Médias Empresas.

Segurança Pessoal e diversos cursos nesta área. Colaborador do

HSBC Bank Brasil S/A, na diretoria Security & Fraud.

sumário)

Plano de Contingência: O inexistente nos desastres pluviais do RJ

Mariana Fernandez

Falta de planejamento urbano, falta de ações preventivas contra desastres, falta de alerta da Defesa Civil. Muitos motivos ou muitas desculpas se seguiram após a tragédia vivida no Estado do Rio de Janeiro no início deste mês. Segundo o Corpo de bombeiros, foram 255 mortos em todo o estado e mais de 8 mil desalojados.

A cidade carioca de Niterói foi a que mais sofreu com os estragos causados pela chuva. Em estado de calamidade pública e com decreto de luto oficial, enfrentou na noite dos últimos dias 2 e 7 de abril um dos momentos mais tristes de sua história.

O temporal fez 107 vítimas fatais em 30 pontos de deslizamento localizados nos 13 morros da cidade. O município possui, atualmente, 130 áreas de risco onde vivem em torno de mil famílias, das quais 320 estão em locais sujeitos a deslizamento. 15 milhões de reais é a estimativa da prefeitura da cidade para realocar essa população.

Um grupo de geógrafos da PUC- Rio fez uma vistoria no Morro do Bumba a pedido do Departamento de Recursos Minerais do estado. Através do estudo, confirmaram: o lixão que existia embaixo das casas construídas agravou a tragédia. Mas o que provocou o deslizamento estava no alto do morro.

Esta tragédia é a maior já vivida, até o momento, pelos moradores de Niterói. Mas as chuvas já causaram muitos estragos, deslizamentos de terra em estradas e outras mortes. O passado prova que ocupação em áreas de risco é um problema antigo.

ANTECEDENTES DE NITERÓI

A chuva já causou outras tragédias em Niterói. Em 1985, 1995 e 2005 a força da água provocou deslizamentos e mortes.

Em fevereiro de 1985, um temporal castigou todo o Grande Rio. Oito pessoas morreram. Três em Bangu e em Caxias por afogamento. Os desabamentos também fizeram vítimas: uma criança em Niterói e uma família em São Gonçalo, um casal e dois filhos.

Cerca de dez anos depois, em novembro de 1995, a chuva provocou deslizamentos na RJ-104, que liga Niterói a Região dos Lagos. Na Alameda São Boa Ventura, no Fonseca, operários e garis tiveram que limpar a muita terra e lama que desceram do alto de um morro. O canal da avenida transbordou.

No fim de 2005, em Piratininga, Região Oceânica, uma casa desabou, uma criança de 3 anos morreu e quatro pessoas ficaram feridas. Várias ruas ficaram cobertas de lama e carros passavam com dificuldade porque algumas encostas desabaram. Na Avenida Rui Barbosa, também conhecida como Estrada da Cachoeira, garis passaram uma manhã retirando terra da pista. O trânsito ficou complicado em vários pontos.

O histórico acima mostra que ocupação irregular é problema antigo na cidade. Mesmo assim, o prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira (PDT), numa coletiva de imprensa na noite do dia 7 de abril, afirmou ser “evidente que o poder público não estivesse preparado para esse tipo de coisa por uma razão muito simples, isso nunca tinha acontecido em Niterói.”

PLANO DE CONTINGÊNCIA, POR QUE NÃO?

A imprensa, os especialistas e a opinião pública em geral questionam, após a tragédia sofrida pelo Estado do Rio de Janeiro, onde está o plano de contingência prometido por diferentes autoridades há mais de quatro décadas. Por que tanta falta de preparo das autoridades para fazer frente a

uma tragédia que se repete periodicamente, ultimamente com mais frequência?

Apesar da quantidade de chuva que caiu no estado do Rio de Janeiro entre os dias 5 e 6 de abril ter sido o dobro do esperado para todo o mês, as mortes por deslizamentos de terras em bairros pobres quando há chuvas fortes não são uma novidade.

O governador Sérgio Cabral afirma que a gravidade da tragédia se deve a força da tempestade, que superou as enchentes que castigaram o estado em 1966, 1988 e em 1998, quando também foram registrados grande número de mortes devido as precipitações.

Apesar dos antecedentes, o Rio de Janeiro, uma cidade espremida entre o mar e as montanhas e em onde a água da chuva corre com força pelas encostas, não conta com um plano de contingência para este tipo de caso nem com uma política de realocação das casas que estão em áreas de risco.

Dos 646,6 milhões de reais que o Governo nacional distribuiu ano passado para municípios com programas de prevenção contra desastres, o estado do Rio de Janeiro só recebeu 1%.

A maioria dos recursos foram destinados à Bahia, sem problemas tão graves com as chuvas, mas onde Geddel Vieira Lima, ministro de Integração Nacional até semana passada, tem um eleitorado forte.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, só realocou 800 famílias que vivem em áreas de risco desde que assumiu o governo há 15 meses.



Como sempre, a maioria das vítimas desta nova tragédia são precisamente os habitantes das favelas construídas em zonas montanhosas consideradas de risco.

OS RESPONSÁVEIS SEM CULPA

O prefeito, o governador e o Presidente da República, como representantes do executivo, têm por dever auxiliar os habitantes da cidade na sua sobrevivência. São obrigações deles, dentre outras tantas, acompanhar a execução dos programas e fiscalização da aplicação dos recursos.

“Os administradores públicos têm que levar em conta que não é possível permitir que as pessoas ocupem áreas inadequadas para viver. É preciso revisar isso”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao atribuir a responsabilidade a seus antecessores.

O governador do Estado de Rio de Janeiro, Sergio Cabral, que governa o estado há três anos, também atribuiu a tragédia aos Governos anteriores, que permitiram o crescimento das favelas em áreas montanhosas consideradas de risco.

Igualmente, o prefeito da cidade do Rio, também atribuiu a responsabilidade a administrações anteriores que permitiram o crescimento das favelas nas encostas.

Na noite do último dia 8 de abril, o prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira, admitiu que sabia que a comunidade do Morro do Bumba, atingida por um deslizamento de terra na noite do dia 7, tinha sido construída sobre um antigo lixão. O PDT administrou a cidade 15 dos últimos 21 anos.

“A gente sabia que o lixão estava desativado há 30 anos. Quando eu assumi pela primeira vez, já havia um início de ocupação. A região é muito pobre e as informações que eu tinha eram de que aquele aterro era muito antigo e não representava nenhum risco”, disse.

Sobre a remoção das famílias, o prefeito afirmou que se soubesse da gravidade da situação do terreno teria providenciado o reassentamento dos moradores. “As pessoas dizem assim: ‘deviam ter removido’, mas quem fala isso não conhece o real Brasil hoje. Eu, realmente, não tinha conhecimento que havia esse risco todo. Se eu soubesse, evidentemente, teria providenciado isso”.

Jorge Roberto Silveira afirmou, ainda, que vai tentar convencer a população que está morando em áreas de risco a deixar as casas. “Nós vamos tentar convencê-los de que eles têm que sair”, afirmou o prefeito.

Ele reafirmou que se tivesse conhecimento do risco que os moradores estavam passando, teria removido as famílias da comunidade: “Se eu tivesse conhecimento do risco que era, evidente que eu teria entrado ali, enfim. Eu sei que as pessoas têm a necessidade de encontrar culpados, então, paciência, o prefeito tem que ter a responsabilidade mesmo e eu já assumi”

MEA CULPA

A Secretaria Nacional de Defesa Civil admitiu que faltam tecnologia de monitoramento e planos de contingência para situações de emergência, como no caso do Rio de Janeiro.

Em entrevista à BandNews FM, a secretária Ivone Valente reconheceu fragilidades também na integração entre órgãos de Defesa Civil do país.

Segundo a secretária, a tecnologia e os planos seriam fundamentais para que alertas fossem dados com mais agilidade e eficiência, oferecendo inclusive alternativas no momento em que a população é orientada a deixar imóveis.

Para Ivone Valente, esse é um passo que o Brasil ainda tem de dar na gestão de risco, para que os danos sejam menores.

REMEDIANDO

O subprocurador do Ministério Público estadual, Leonardo Chaves, afirmou no último dia 10 de abril que dois inquéritos foram instaurados para investigar as reais causas dos deslizamentos no estado e para saber se o poder público realizou obras de contenção nos morros.

Ele esteve na manhã do dia 10 no Morro do Bumba e checkou as condições de resgate e identificação dos corpos.

“A gente quer saber por que essas obras não foram feitas e também saber o destino desses corpos, para onde estão indo. É muito triste a vida do pobre, realmente é muito triste. Quando não morre de dengue, morre de violência policial. Se não

é violência, há desabamentos como esse, essa é a nossa realidade”.

Em entrevista coletiva no último dia 15 de abril, a ministra do Meio Ambiente Izabella Mônica Vieira Teixeira declarou que o Parque Nacional da Tijuca vai ser o primeiro do Brasil a receber um plano de contingência com o mapeamento de áreas críticas.


Na entrevista, a ministra anunciou também que R\$ 15 milhões serão usados na recuperação das áreas atingidas do parque. Desse total, R\$ 5 milhões sairão da prefeitura e R\$ 10 milhões do governo federal.

Ao todo, foram registrados 283 deslizamentos na área. “Foi uma chuva fora da área de curva como dizemos tecnicamente”, ressaltou a ministra. Ela explicou que, a partir do plano de contingência, o Parque da Tijuca pode ser fechado a qualquer momento diante das tempestades.

Mariana Fernandes
Editora

sumário)





GRIFE A H1N1

Risco do vírus X Risco da vacina: qual é maior?

Mariana Fernandez

Teve início no dia 22 deste mês no país a campanha de vacinação contra a Gripe A H1N1 . (Mais informações no site: www.vacinacaoinfluenza.com.br), que causou perplexidade entre os médicos por haver matado grávidas, crianças e alguns jovens e adultos aparentemente saudáveis - fora do padrão comum da influenza, que atinge também, e em larga escala, a população idosa.

A campanha deverá se estender até o dia 21 de maio, iniciando a vacinação para o grupo de risco da Gripe A H1N1: gestantes, crianças de 6 meses a menores de 2 anos e população com doença crônica.

A gripe comum gerou, em 2008, 753 mortes e 27,3 mil internações em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) no país.

Em 2009, foram registrados pouco menos de 40.000 casos de gripe A (H1N1) no Brasil, resultando em cerca de 2.051 mortes (a partir de abril, quando teve início a doença no país). Não existem números precisos sobre o número de infectados pela gripe comum no mesmo período.

Em comparação, a gripe A (H1N1) matou em torno de 17.000 pessoas em todo o mundo, enquanto a gripe comum mata entre 250.000 e 500.000 pessoas por ano, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde.

Antes de se vacinar ou levar seus filhos ao Posto de Saúde para tomar a injeção da fórmula que o prevenirá contra a gripe, responda à simples questão: Você sabe quais são os riscos desta vacina?

Mais ainda, você sabe se os riscos da Gripe A H1N1 são menores ou maiores que o da vacina contra essa gripe?

Ao longo da história recente da humanidade, desde a criação da primeira vacina contra a Varíola, muitas vacinas e não somente doenças causaram mal à população mundial.

Convidamos você leitor a conferir o porquê desta vez, as indústrias farmacêuticas firmaram acordos com os governos não se responsabilizando pelos efeitos adversos

da vacina contra a Gripe A H1N1 e a decidir melhor se deve ou não tomar ou levar para tomar a vacina contra uma gripe sabidamente mais fraca que a gripe comum.

VACINAS: “SEGURAS E EFICIENTES”, SERÁ?

Dizem que as vacinas são “seguras e eficientes”, mas será que são mesmo? As vacinas podem ser mais perigosas que as próprias doenças que elas previnem.

Segundo Barbara Loe Fisher, Presidente do National Vaccine Information Centre (Centro Nacional de Informação de Vacinas) dos Estados Unidos, “toda vacina carrega o risco de causar dano, o qual pode ser maior para uns indivíduos que para outros”.

Na mesma linha, segue-se a declaração de que ao tomar vacinas se “estará adquirindo tipos inocentes de doenças que até o momento sabemos tratar melhor que outros problemas como Alergias, Asma e até Autismo, que levarão anos para ir

O QUE SIGNIFICA A/HINI?

A letra A indica o tipo mais variável de vírus, com potencial de fazer adoecer o maior número de pessoas. Os vírus da gripe humana são classificados em A, B ou C, de acordo com esse critério.

A letra H, de H1N1, é a inicial de hemaglutinina, uma proteína localizada na superfície externa do vírus e que ele utiliza para se fixar nas células humanas. O nome vem da aglutinação das células do sangue.

A letra N, de H1N1, é a inicial de neuraminidase, uma proteína que quebra os açúcares da célula sob ataque para liberar novos vírus.

Como as duas proteínas localizam-se no lado externo do vírus, são elas que o sistema imunológico detecta e que os cientistas procuram alvejar na busca por formas de matar o vírus.

Existem 16 tipos de hemaglutinina e 9 tipos de neuraminidase. Apenas as hemaglutininas 1, 2 e 3 ocorrem nos seres humanos (daí os H1, H2 e H3 nas denominações dos vírus). Da mesma forma, apenas as neuraminidases N1 e N2 são frequentes no ser humano.

Os outros tipos são encontrados em aves. Como não ficam gripadas - os vírus atacam seu sistema digestivo e não o sistema respiratório - as aves migratórias misturam os vírus em escala mundial.

embora”, segundo Stephen Marini, PhD, DC, Imunologista, Microbiologista e Professor.

Mary Toko, pesquisadora de vacinas e mãe de cinco crianças saudáveis não-vacinadas, preocupou-se com a toxicidade das vacinas nos anos setenta quando percebeu que a teoria das vacinas poderia terrivelmente afundar pelo fato de estas serem as causadoras de graves doenças duradouras.

“A atual ascensão da ciência da vacina é muito controversa [...] A informação que vem sendo dada que me foi ensinada na faculdade de medicina não é compatível com a segurança e eficácia [...] como estamos vendo um aumento no número de vacinas que está sendo adicionado na agenda de vacinação também estamos vendo um tremendo aumento no número das

doenças crônicas em crianças” atesta o Dr. Lawrence Palevsky, Pediatra membro da Academia Americana de Pediatrias.

Fora a discussão sobre a real eficiência e segurança das vacinas em geral, a qual necessita de um aprofundamento maior, vamos nos focar no caso específico da vacina contra a Gripe A H1N1.

Para Jim Moody, advogado e diretor da Associação Nacional de Autismo, “neste momento, está ficando bem claro o compromisso dos governos em deliberar práticas suprimindo a ciência [...] as simples mudanças na agenda das vacinas como o atrasando-as, retirando delas os metais como ao eliminar-lhes o Mercúrio, separando em mais de uma dose, eles podem reduzir os eventos de efeitos adversos”.

Para proteger-se da Gripe A, a Dra. Sarah Flecher lembra que

esta “não é uma doença grave, é menos grave que a gripe sazonal” e adverte para que as pessoas “tomem suas vitaminas D e C, comam de forma saudável, comam comida orgânica, durmam bem, bebam bastante água... isso é muito mais seguro do que tomar a vacina”.

Todas as declarações acima são do vídeo *A Vaccine Primer* (que traduzido seria “O Manual da Vacina”) filmado durante a 4ª. Conferência Pública Internacional sobre Vacinações, ocorrida em outubro de 2009 na cidade de Weston, no estado norte-americano da Virgínia; (disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=Jw43QDiaDnE&feature=Playlist&p=346FD2FB3984FCEF&playnext=1&playnext_from=PL&index=3).

A HINI: O VÍRUS SANSÃO

Apesar de inicialmente haver causado 42 mortes no México o vírus H1N1 disseminou-se pelas nações mundo afora causando muito menos mortes que a gripe comum.

Em entrevista a um noticiário da rede de tv norte-americana, Fox News, o Dr. Kent Holtfort, especialista em doenças infecciosas, ressaltou que “o mais interessante a destacar (sobre a Gripe A H1N1) é que o vírus está perdendo a força; desde que chegou do México perdeu sua virulência e os sintomas estão muito mais leves e agora o que está acontecendo é que está se tornando uma gripe sazonal”. (Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=sLoL_-rFYNQ)

Em outro vídeo (disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=F0j0fxLKjpc>) numa entrevista concedida à televisão da Venezuela, a Monge Beneditina e médica catalã Teresa Forcades i Vila, doutora em saúde pública, diz que a Gripe A H1N1



“não é uma ameaça superior à gripe que temos todos os anos”.

Ao comparar a “nova” gripe à sazonal, Teresa afirma que “na Europa morrem de 40mil a 220 mil pessoas” em decorrência de contaminação pelo vírus da gripe e explica que a variação se dá “porque a gripe nem sempre é a mesma, há anos bons e anos maus”. A entrevistada vai ainda mais longe dizendo que se “uma pessoa pudesse escolher ser infectada pela gripe comum ou pela H1N1, deveria escolher infectar-se pela H1N1 porque é mais benigna (de menor letalidade) que a gripe comum”.

O QUE A GRIPE TEM DE “NOVA”

Em outra parte da entrevista à TV venezuelana, respondendo à questão do porquê o alarme tão grande da comunidade internacional com o vírus, a médica explica que o pânico não tem razão de ser já que “esta não é uma gripe nova, não é um vírus novo; nova é somente a cepa”, ou seja, se fosse “um vírus novo, um vírus em que a humanidade ainda não estivesse exposta à ele”, “ninguém da população internacional teria imunidade a este vírus” e “isso poderia justificar o nível de alarme superior ao habitual”. Mas, segundo ela, verificou-se através de estudos que ela tem acesso que “um terço dos maiores de sessenta e cinco anos já têm imunidade para o vírus”, o que se possibilita ver que “não é um vírus novo mas uma cepa nova”.

Cepa é um termo comum na microbiologia e que tem o significado de variedade.

PANDEMIA OU PROPAGANDA?

Por que tais informações não chegam às grandes mídias, como a imprensa, o rádio ou a televisão, como a chegam as

informações da “pandemia”? Essa é uma questão que conta com uma diversidade de respostas defendidas por diversas personalidades, algumas polêmicas como David Icke. Uma delas pode ser encontrada nas palavras da Dra. Rauni Kilde, ex-diretora clínica da província finlandesa da Lapônia.

Segundo a médica, num vídeo-documentário intitulado *Bases 5 Part 2 Mind Control UFOs & Swine Flue* (disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=LNyJ5DMq9qY&feature=channel>) que também é autora de muitos livros sobre extra-terrestres, abduções alienígenas, controle de mente, e participa de várias conferências sobre ufologia, “não é a Gripe Suína que é perigosa, são as vacinas porque, supostamente, não é só suína mas é também vírus humano combinado com o vírus suíno e o vírus das aves”. Segundo ela, “por trás de tudo isso está a causa de reduzir a população mundial, porque é muito tóxica (a vacina) e para colocar milhares, milhões e milhões nos bolsos daqueles que as colocam aqui fora”.

A fisiologista pode até parecer conspiratória demais mas levanta questões lógicas como o fato de Donald Rumsfeld, ex-secretário da defesa dos Estados Unidos durante o governo de George W. Bush, ser um dos donos da farmacêutica Gilead Sciences, dona da patente do medicamento Tamiflu, o antigripal prescrito para a “nova” gripe. Sobre o grupo de risco da “nova” gripe, Rauni explica que “uma vez que querem reduzir a população decidiram que as crianças e as grávidas são os primeiros: eliminar a próxima geração.”

Na mesma entrevista Rauni Kilde informou que escreveu para o governo da Finlândia porque acredita que “dessa vez (o objetivo de exterminar) não dará certo”. Para ela, a OMS foi obrigada a decretar



pandemia no mundo, mentindo números, pelas grandes farmacêuticas já que isso foi feito “apenas para forçar pessoas e a preparar governos para distribuir as vacinas”.

A médica afirma que o objetivo tanto da gripe quanto da vacina “é livrarem-se de tanta gente quanto possível e de conseguirem destas todo o dinheiro possível”.

Para ela os meios de comunicação de massa conseguiram em larga escala fazer com que as pessoas se assustem, através de uma intensa propaganda da “nova” gripe, porque elas “não sabem”, não têm conhecimento suficiente para confrontar a informação adquirida.

Para nossa sorte, acredita a médica, “eles (os causadores da “pandemia”) calcularam mal dessa vez”. Segundo ela, uma prova disso é que “o governo finlandês tomou a decisão de alterar a lei da Gripe Suína, retirando-a da lista de doenças perigosas e das doenças altamente contaminantes”. O que impossibilita ao governo a imposição de uma campanha de vacinação forçada.

Na entrevista à TV venezuelana Teresa Forcades i Vila, faz duas denúncias: uma contra a farmacêutica norte-americana Baxter, acusada de haver disseminado o vírus da Gripe A na Europa e sob investigação na Áustria e outra contra a OMS, que mudou sua caracterização oficial de pandemia não mais se baseando também pela letalidade de um vírus mas apenas por sua disseminação geográfica. Teresa explica em seguida que a declaração de pandemia confere poder à OMS de não apenas orientar os países para que iniciem a vacinação contra o vírus mas de obrigá-los a vacinarem sua população.

A médica orienta a toda população mundial “exigir (saber) as condições em que a vacina

foi produzida, conhecer as garantias - não se pode oferecer a vacina à população, muito menos de forma obrigatória - sem que se saibam os efeitos secundários que a vacina possa ter”. Para a médica ninguém deve tomar a vacina até que se obtenham as garantias por ela citadas.

“Que isso traz interesses econômicos não há dúvida, que há uma inadequação da informação científica e do grau de alarme na população, isso também é certo”, afirmou a médica espanhola.

O QUE A VACINA TEM DE NOVA

Barbara Loe Fisher, que também fez declarações no vídeo *A Vaccine Primer*, foi entrevistada pelo canal de televisão russo RT. Sobre a diferença da vacina atual com a vacina prejudicial de 1976, esclareceu que não se trata da mesma vacina, mas que a atual é “parente” da antiga já que é “um vírus híbrido humano-aviário-suíno”, conforme notado por Rauni Kilde em seu vídeo.

A Dra. Sarah Fletcher, no vídeo *A Vaccine Primer*, diz que “vigorosamente aconselha contra aqueles que dizem que a vacina da Gripe A H1N1 não causa graves efeitos adversos”. Segundo ela “a vacina da Gripe Suína traz em sua composição Alumínio e Mercúrio, ambos neurotóxicos.”

A Dra. Teresa Forcades i Vila adverte, na entrevista supracitada, que “a vacina tem coadjuvantes que são muito mais fortes que os habituais”.

Quanto ao direito de reclamar por danos possivelmente causados pela vacina, no mesmo vídeo, a Dra. Mery Nass, médica e pesquisadora de armas biológicas esclarece que “se se for lesado pela vacina da H1N1 ou por qualquer outra vacina de pandemia, não se tem acesso ao sistema legal”.





A Dra. Teresa também atenta para a nova conjuntura da atual vacinação, dizendo que “há um dado muito importante que é uma novidade a respeito da gripe sazonal que é que este ano as companhias farmacêuticas forçaram os governos a firmar acordos que dão às companhias isenção de responsabilidades legais no caso de a vacina causar danos importantes, incluindo a morte das pessoas que a tomem”.

Sobre os prejuízos da indústria farmacêutica que teve que indenizar as famílias dos 25 norte-americanos mortos e dos 500 lesados após 4 milhões tomarem a vacina em 1976, devido à ocorrência da Síndrome de Guillain-Barré, Dra. Rauni Kilde, no vídeo supracitado, atentou para a isenção de responsabilidade das farmacêuticas nesta nova campanha de vacinação.

Assista ao vídeo da Propaganda da Vacina da Gripe Suína de 1976 em : <http://www.youtube.com/watch?v=ASibLqwVbsk&NR=1>

TIOMERSAL, O VILÃO DA VACINA

Na mesma entrevista à Fox News, o Dr. Kent Holtfort, disse preocupar-se mais com a vacina que com a gripe, pois, segundo ele, o produto “saiu muito rápido para o mercado e possui muitas drogas adicionadas que, basicamente, a tornam mais potente”; e explica que “este tipo de método que se usa requer altos níveis de aditivos, como o Tiomersal, o qual foi demonstrado que causa Autismo em crianças com disfunção mitocondrial”. O problema, segundo ele, é que “não se sabe quais crianças têm essa disfunção”. “Também há a preocupação das crianças e pessoas que possuam a disfunção hematoencefálica ou que não esteja desenvolvida

completamente, incluindo crianças, grávidas, pessoas com doenças neurológicas crônicas, casos significativos de fibromialgia”, continua o médico que diz que “já viu pessoas devastadas por esse tipo de infecção”. Perguntado se daria a vacina a seus filhos o médico respondeu: “Absolutamente, não!”.

O médico ainda completa que tomar a vacina é como “brincar de roleta russa” pois “foi provada que é uma neurotoxina (o Tiomersal) 25 mil vezes mais tóxica que o nível de mercúrio que seria considerado tóxico se estivesse na comida ou na água e os níveis ascendem a 100 vezes mais que o nível tóxico tolerável”.

O vídeo *A Vaccine Primer*, em suas considerações finais, traz a advertência de Eileen Dannemann, Diretora da National Coalition of Organized Women (Coalisão Nacional Organizada de Mulheres) que diz num trecho:

“Tanto a vacina H1N1 quanto a vacina da gripe comum, ou gripe sazonal, contêm um desnecessário conservante de mercúrio, Tiomersal, que vem sendo associado à lesão cerebral. Por causa disso o Tiomersal é banido das vacinas em muitos países – na Europa e outros lugares. Crianças com ADD, ADHD, autismo ou outros distúrbios de comportamento não deveriam tomar a vacina nunca... e nunca uma com Tiomersal.”

QUEM DIZ “NÃO”

Outra personalidade, respeitada mundialmente, que se posiciona contra a vacinação da Gripe A é Ronald Ernest Paul, médico e político estadunidense membro da Câmara dos Representantes do Congresso dos Estados Unidos da América e candidato à presidência dos Estados Unidos em 2008. Ron Paul, como é mais conhecido, apóia

uma política externa não-intervencionista para os EUA e votou juntamente com outro político-médico no Congresso norte-americano contra a vacinação no país em 1976. O médico se mostra indignado, através de uma série de vídeos (<http://www.youtube.com/watch?v=TB5-Y08qbjo>) disponíveis no You Tube, que o departamento de segurança do governo trate de assuntos médicos como a vacinação contra a Gripe A.

Em um dos vídeos (disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=TB5-Y08qbjo>) Ron Paul atenta para “uma doença (realmente) séria” quando diz para observar o número de casos de tuberculose no último ano, ultrapassando 13 mil. O médico ressalta que, em 2006, 644 pessoas morreram da doença.

Em reportagem da rede de tv russa RT, (disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=vSyTwEP-cc4&feature=Playlist&p=351FA7018936680E&playnext=1&playnext_from=PL&index=7), foi noticiado que “uma nova pesquisa mostra que um terço das enfermeiras britânicas disseram que não tomariam a vacina da Gripe A porque estão preocupadas com os possíveis efeitos colaterais”.

Na televisão brasileira, no programa Rede TV News da emissora Rede TV, noticiou-se que “os 1060 centros de vacinação da França estão vazios, a campanha contra a Gripe A [...] enfrenta a desconfiança dos médicos e da população”.

Segundo o correspondente da emissora no país, Franz Vacek, “foram gastos mais de 700 milhões de euros na compra de 94 milhões de doses da vacina contra a Gripe A, o bastante para vacinar gratuitamente toda a população, mas a desconfiança com a fórmula preparada em poucos meses não para de aumentar”. Adiante, o repórter informa que “ao menos 55% dos franceses tinham a intenção de se vacinar” mas ao começar a campanha de vacinação “uma sondagem mostrou que apenas 17% da população” pretende tomar a vacina. O medo dos franceses aumentou, segundo a reportagem, “após a divulgação de que os contratos assinados para a produção das vacinas protegem os fabricantes de qualquer tipo de processo na justiça”.

A reportagem também informou a ocorrência da Síndrome de Guillain-Barré em uma francesa que tomou a vacina recentemente.

Coincidência ou não, foram os franceses que descobriram a Síndrome de Guillain-Barré (veja quadro abaixo).

Barbara Loe Fisher esclareceu na entrevista ao canal RT que a SGB “é uma inflamação dos nervos, que se inicia com a paralisia das pernas, a qual pode subir ou causar uma paralisia total onde pode-se se restabelecer, morrer ou ficar totalmenBarbara Loe Fisher esclareceu na entrevista ao Barbara Loe Fisher esclareceu na entrevista ao canal RT que a SGB “é uma inflamação dos nervos, que se inicia com a paralisia das pernas, a qual pode subir ou causar uma paralisia total onde pode-se se restabelecer, morrer ou ficar totalmente paralisado”. Segundo ela, a doença está associada com vacinas do vírus Influenza em 1 em cada 30 mil injeções de vacina.

SGB (SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ)

A síndrome de Guillain-Barré ou polirradiculoneurite aguda é uma doença desmielinizante caracterizada por uma inflamação aguda com perda da mielina (membrana de lipídeos e proteína que envolve os nervos e facilita a transmissão do estímulo nervoso) dos nervos periféricos e às vezes de raízes nervosas proximais e de nervos cranianos (nervos que emergem de uma parte do cérebro chamada tronco cerebral e suprem às funções específicas da cabeça, região do pescoço e vísceras).



Histórico

Em 1859, o médico francês Jean B. O. Landry descreveu um distúrbio dos nervos periféricos que paralisava os membros, o pescoço e os músculos respiratórios. Em 1916, três médicos parisienses: Georges Guillaïn, Jean Alexander Barre e André Strohl, demonstraram a anormalidade característica do aumento das proteínas com celularidade normal, que ocorria no líquido dos pacientes acometidos pela doença.

Outros músculos, além do grupo muscular dos membros e da respiração, podem ser afetados, como os da deglutição, os do trato urinário, do próprio coração e dos olhos.

Causa

A síndrome de Guillain Barré tem caráter autoimune. O indivíduo produz auto-anticorpos contra sua própria mielina. Então os nervos acometidos não podem transmitir os sinais que vêm do sistema nervoso central com eficiência, levando a uma perda da habilidade de grupos musculares de responderem aos comandos cerebrais. O cérebro também recebe menos sinais sensitivos do corpo, resultando em inabilidade para sentir o contato com a pele, dor ou calor.

Em muitas pessoas o início da doença é precedido por infecção de vias respiratórias altas, de gastroenterite aguda (por campylobacter) e, num pequeno número de casos, por vacinação especialmente contra gripe e em raras ocasiões contra hepatite B e contra o tétano. Antecedentes de infecções agudas por uma série de vírus tais como, Epstein Barr, citomegalovirus, HTLV, HIV, e diversos vírus respiratórios têm sido descritos. Em 2010, uma pesquisa realizada pela UFRJ, constatou que o vírus da Dengue poder ser um dos causadores (visto que 1-4% das pessoas com dengue desenvolveram a síndrome)

Manifestações clínicas

- Dor nos membros inferiores seguida por fraqueza muscular progressiva de distribuição geralmente simétrica e distal que evolui para diminuição ou perda dos movimentos de maneira ascendente com flacidez dos músculos
- Perda dos reflexos profundos de início distal, bilateral e simétrico a partir das primeiras horas ou primeiros dias
- Sintomas sensitivos: dor neurogênica, queimação e formigamento distal
- Pode haver alteração da deglutição devido a acometimento dos nervos cranianos XI, X e IX (relacionados com a deglutição), e paralisia facial por acometimento do VII par craniano (que inerva os músculos da face); a paralisia facial pode ser bilateral
- Comprometimento dos centros respiratórios com risco de parada respiratória
- Sinais de disfunção do Sistema Nervoso Autônomo traduzidos por variações da pressão arterial (pressão alta ou pressão baixa), aumento da frequência ou arritmia cardíaca, transpiração, e, em alguns casos, alterações do controle vesical e intestinal
- Alteração dos movimentos dos olhos decorrente de acometimento do III, IV e VI nervos cranianos e ataxia cerebelar (déficit de equilíbrio e incoordenação) associada a ptose palpebral (pálpebra caída) e perda dos reflexos sobretudo na variante Miller-Fisher
- Assimetria importante da fraqueza muscular ou da perda de movimento, distúrbios graves de sensibilidade e disfunção vesical ou intestinal persistentes induzem questionamentos embora não excluam o diagnóstico

O QUE DIZ O GOVERNO BRASILEIRO

No site oficial da campanha de vacinação contra o vírus da Gripe A H1N1 do governo brasileiro, www.vacinacaoinfluenza.com.br, na seção de perguntas frequentes, vê-se a seguinte:

“Esse vírus influenza pandêmico (H1N1) 2009 é mais violento e mata mais do que o vírus da gripe comum?”

Até o momento, o comportamento da nova gripe se assemelha ao da gripe comum. Ou seja, o vírus pandêmico (H1N1) 2009 não se apresentou mais violento ou mortal, na população geral. A maioria absoluta das pessoas que adoece, seja pela gripe comum, seja pela gripe pandêmica, desenvolvem formas leves da doença e se recuperam, mesmo sem uso de medicamentos. Para ambas as gripes pessoas com doenças crônicas, gestantes e crianças menores de dois anos são mais vulneráveis. Mas quando consideramos a população jovem previamente saudável, este vírus pandêmico tem um maior potencial

de causar doença grave, quando comparado com o vírus da gripe comum. Por outro lado, o vírus pandêmico tem acometido menos as pessoas maiores de 60 anos. Mas ainda são necessários estudos mais aprofundados que estão sendo realizados, em todo o mundo, para esclarecer o comportamento do novo vírus.”

Então a questão é:

Uma vacina tão recentemente criada, que não

houve tempo para se notar suas reações adversas, é realmente segura?

Por que se vacinar contra um vírus que é tão violento ou mortal quanto ao vírus da gripe comum ao qual já estamos acostumados?

A vacinação contra a gripe, em geral é considerada eficaz porque, em até 75% das situações, evita o aparecimento da gripe e, em 98% dos casos, diminui a gravidade da doença. No entanto, não dá proteção em longo prazo porque o vírus muda constantemente – pequenas mutações – com novas estirpes e variantes a emergirem, pelo que as pessoas não conseguem desenvolver imunidade específica às estirpes individuais que vão aparecendo.

Sendo assim, em regiões temperadas, onde há muitos casos de infecção, sua ação pode diminuir bastante, devido à variação genética. Causando a sensação de que a vacinação “Não serviu para nada!”. Em casos de grande variação genética e eficiência da vacina pode diminuir bastante, em todo caso vacinar-se contra a gripe é uma decisão pessoal em que se pesam o risco e o benefício. Pessoas com doenças crônicas, cardíacas e respiratórias não podem abrir mão, contudo indivíduos com determinadas alergias aos componentes da vacina, como proteínas do ovo e Tiomersal devem ponderar bem.

Substâncias produzidas em laboratório estão presentes em nossos alimentos e em nossos medicamentos. Assim como o Tiomersal, segundo defendem muitos especialistas em saúde, a Fenilalanina, por exemplo, é uma substância capaz de provocar um mal visível apenas à alérgicos a ela.

Ocorre porém que o risco de vacinar-se com a vacina da Gripe A H1N1 é duplo e muito maior já que, além de se tratar de uma vacina recente, em que não houve

Cartaz da campanha de vacinação contra a Gripe A H1N1 do governo brasileiro

O VÍRUS DA GRIPE PODE ESTAR EM MUITOS LUGARES. SÓ QUE VOCÊ NÃO VÊ. Previna-se.



Lavar as mãos com água e sabonete, especialmente depois de tossir ou espirrar.

Ao tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com um lenço descartável.

Não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal.



tempo hábil para a avaliação de seus efeitos adversos, as companhias farmacêuticas firmaram contratos com os governos em que não se responsabilizam pelos mesmos efeitos adversos que possam ocorrer.

A vacina da Gripe A H1N1 é um produto sem garantia. Portanto, que riscos você prefere correr:

- Vacinar-se sem conhecer os efeitos adversos da vacina e sem garantias dos fabricantes ou;

- Pegar a Gripe A H1N1, que é mais fraca que a gripe comum.

A escolha, por enquanto, é só sua.

Saiba mais

A doutora em saúde pública Teresa Forcades i Vila também promove uma campanha na Internet através de um vídeo-entrevista seu. Nele, ela faz reflexões históricas e dá dados científicos do tipo A de gripe e lista todas as irregularidades relacionadas a seu respeito; também explica as consequências da declaração de pandemia as consequências políticas da declaração; além disso, chama para uma urgente ação de todos os mecanismos e a participação de todos os cidadãos no problema. (Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=A0JqQyl09zQ>)

Mariana Fernandes
Editora

sumário)



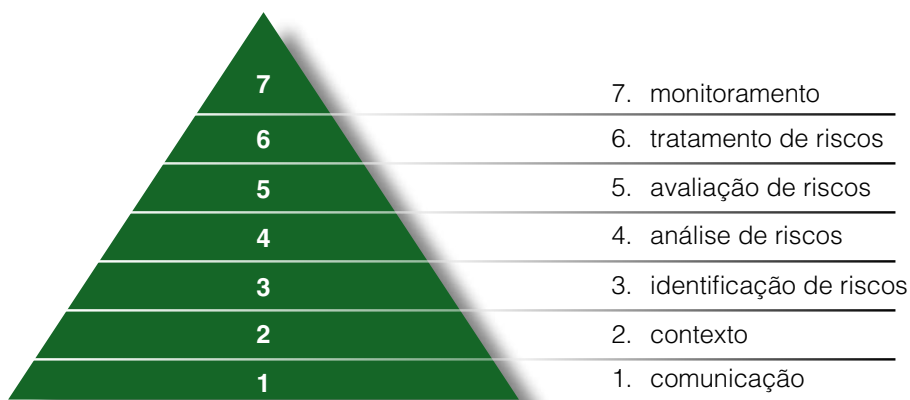


Serviços de Consultoria **Plano de Gestão de Riscos Corporativos - PGRC**

Sua empresa conhece o TAMANHO de seus riscos??

Um PGRC é um processo estruturado para que a empresa possa identificar eventos que expõem os objetivos da organização.

O processo de Gestão de Riscos, hoje é estruturado com base na ISO 31000.



**A Brasiliano pode ajudar você a elaborar seu plano de PGRC
Consulte – nos!!!!**

O “x” da CORRUPÇÃO

Claudio Weber Abramo

Nada de educação ou liberdade de expressão. Para o jornalista-exclamação Claudio Weber Abramo, nada disso auxilia no combate à corrupção. Numa entrevista exclusiva e polêmica, o Diretor-executivo da Transparência Brasil, uma ONG de combate à corrupção, critica duramente a imprensa brasileira e elogia o Projeto de Lei que pretende punir as empresas corruptas e que está em votação no Congresso.

Bacharel em Matemática (USP) e mestre em Filosofia da Ciência (Unicamp), Abramo que é parte de uma família muito influente na arte, na imprensa e na política brasileira, foi editor de Economia da Folha de S. Paulo e secretário-executivo de redação da Gazeta Mercantil .

A corrupção deve ser combatida com educação, a longo prazo, ou pode ser combatida de cima para baixo, através de medidas corretivas como com uma legislação mais severa e sem lacunas?

Corrupção se combate atacando-se suas causas, identificando as causas e atacando as causas. Não é de outro jeito. Não é negócio de educação, nada disso. Assim, as causas da corrupção podem estar na legislação, e estão, mas elas podem estar muito mais frequentemente no processo administrativo do Estado, na aplicação das leis, na forma como o poder público gerencia suas atividades. Para se combater a corrupção é preciso identificar onde é que estão as vulnerabilidades... ou seja, onde é que se dão as oportunidades para que o agente privado compre o agente público para satisfazer os seus interesses.

Então o Sr. não acha que a corrupção brasileira também tem uma causa na formação da identidade cultural do povo brasileiro?

Não! Não. Essa daí é a melhor maneira de não se resolver nada. Isso não quer dizer nada.

Qual a diferença geral da corrupção brasileira e da estrangeira?

Nenhuma.



Com relação à impunidade reinante no país para que ele deixe de ser uma terra de oportunistas e passe a ser somente uma terra de oportunidades, o que deve ser feito, principalmente, para se combater a corrupção?

Combater as suas causas?! As oportunidades para a corrupção se dão em muitos lugares. Para evitar que ela se dê, você precisa identificar essas oportunidades e tomar medidas para que elas não se manifestem ou para reduzir o seu efeito. É impossível evitar completamente, mas é possível reduzir a sua incidência. Agora, para isso, é necessário entender como ela se dá, em cada território. Uma das grandes dificuldades para se combater a corrupção é que cada lugar tem uma forma como ela se manifesta. Então é preciso identificar suas formas e ir atrás delas.

Buscando explicações mais atuais para o cenário de corrupção vigente, em sua opinião, a situação social do país com uma conjuntura de desigualdade gera ou pelo menos aumenta a corrupção?

Olha ... a corrupção é um problema maior nos países mais pobres, porque ela retira do investimento público uma parcela que, embora não possa ser calculada, intui-se que seja mais significativa do que nos países ricos. Um país miserável como o Brasil sofre, obviamente, com isso... Agora, não parece haver relação com disparidade de renda e corrupção. Isso parece não existir. Não há indícios. Tem países muito desiguais que têm pouca corrupção, ou, pelo menos intuída, ou a corrupção é menor, e tem países mais igualitários em que a corrupção aparece mais disseminada. Agora, o que certamente tem relação com o que a gente percebe de corrupção é a renda per capita. Quanto maior a renda per capita, quanto mais alta a renda per capita, menos parece haver oportunidade de corrupção. Porque também quanto maior a renda per capita mais desenvolvido o Estado é. O poder público é mais desenvolvido, os organismos de controle, o controle social é maior... Então os países ricos têm todas as vantagens. Corrupção é fundamentalmente um problema de país pobre.

Qual é a reforma legislativa mais emergencial, em sua opinião, para punir os atos de corrupção?

O problema da corrupção não é punir! Isso não é um problema de punição! Isso é tipicamente católico, uma coisa comum no Brasil... achar que se resolve o problema punindo. Não se resolve a corrupção punindo, aliás, não se resolve a corrupção em país nenhum do mundo punindo! Em primeiro lugar porque é muito difícil descobrir. É extraordinariamente difícil descobrir corrupção e é mais difícil ainda provar que aconteceu e condenar os caras por corrupção. É muito difícil! Você não consegue isso na Alemanha, na Inglaterra... não consegue! O único país do mundo que pune, sistematicamente corruptos, são os Estados Unidos porque têm um sistema judicial que é muito mais objetivo em relação à isso. Cometem injustiças também, porque o sistema judicial americano não é nenhuma maravilha. Agora, nenhum outro país do mundo pune corruptos. França não pune, Alemanha não pune, Inglaterra não pune, Noruega não pune... não pune! Por que? É extraordinariamente difícil provar! Os praticantes de corrupção de alto corpo são gente poderosa que pode pagar advogado, por isso a coisa fica impossível mesmo. Esse negócio de combater corrupção pela punição é coisa de católico, de padre, que acha que as coisas podem ser resolvidas com punição. Não! Combate-se corrupção como se combate qualquer espécie de ineficiência – corrupção é só uma ineficiência, ela não é mais do que isso, não tem nenhuma importância o problema moral. Corrupção é uma ineficiência da gestão dos recursos do Estado. Como é que se combate uma ineficiência?

“As oportunidades para a corrupção se dão em muitos lugares. Para evitar que ela se dê, você precisa identificar essas oportunidades e tomar medidas para que elas não se manifestem ou para reduzir o seu efeito.”

Descobre-se quais são as causas dela! E vai consertar. Então, se você me pergunta qual é, tem muitas causas do Legislativo, de natureza legal, nas restituições, ou seja, nas leis, que favorecem corrupção. Agora, uma das piores é a liberdade que se tem no Brasil de se nomear pessoas para ocupar cargos de confiança, o que os governantes fazem. Porque eles loteiam o Estado entre cor-religionários, entre os partidos políticos e o que os partidos políticos querem com esses cargos? Eles querem roubar! E isso aí se aparece o tempo todo. Então qualquer receituário de combate à corrupção que se encontre por aí, internacionalmente, o primeiro item é se reduzir o número de cargos de confiança que os chefes do executivo podem nomear. É o primeiro item, sempre. E no Brasil é um descalabro! No governo federal, o Presidente da República nomeia quase 60 mil pessoas e o governo do Estado de São Paulo, que nunca é visto são 20 mil pessoas. Distrito Federal 20 mil pessoas. Não existe administração pública que resista a esse assalto que se dá a cada quatro anos. É um assalto! Então não há possibilidade de se melhorar a situação de corrupção sem alterar esse estado de coisas.

“O primeiro item de qualquer receituário de combate à corrupção é se reduzir o número de cargos de confiança que os chefes do executivo podem nomear”.

O Sr. acha que no Brasil a mídia fica mais focada na corrupção que acontece em nível federal e não nos estados e municípios?

Certamente. Mas que mídia? Vamos separar em mídia impressa e os veículos comunicação eletrônicos e, entre esses, a televisão e o rádio - a internet é irrelevante. Os veículos impressos têm uma mania de serem nacionais. Então, a Folha, o Estado, o Globo - menos, mas ainda assim também -, e as revistas semanais são nacionais. O resultado é que, por exemplo, o público de São Paulo conhece coisa nenhuma a respeito do que acontece em São Paulo. Nada! Não se cobre! A televisão, pela sua natureza, só cobre Brasília, basicamente. E, mesmo assim, a televisão não é o melhor veículo para se fazer um acompanhamento sistemático da eficiência do Estado. A televisão é um veículo muito superficial para isso. Melhor é o rádio. E aí tem também as disparidades entre os estados. Alguns estados são mais atentos para o que acontece localmente e outros estados menos atentos. Agora, quem pauta a opinião pública, assim chamada, é a mídia impressa, não é a televisão. E a mídia impressa ignora o que acontece localmente. O que é gravíssimo, porque o Brasil é um dos países mais descentralizados do mundo. Em São Paulo são gerados 34% do PIB brasileiro. 42% da arrecadação federal se dá aqui. Metade disso, mais ou menos, se dá nesta cidade. Qual é a cobertura que se faz de São Paulo cidade, de São Paulo estado ou do Rio de Janeiro, ou de Minas Gerais? Não se faz! Então, se tomarmos Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia - e coloca o Espírito Santo só porque está no meio do caminho -, dá 80% do PIB brasileiro. Ao se falar de corrupção no Brasil, está se falando desses estados! E encontramos isso refletido na imprensa? De jeito nenhum. Então parece que corrupção é um problema federal e não é um problema estadual, quando, ao contrário, as medidas de combate à corrupção que se têm dado nos últimos anos se dão no plano federal e não nos estados, entende?! O plano federal é cada vez mais eficiente, tem menos corrupção, necessariamente, mas isso não é visto.

“Parece que a corrupção é um problema federal e não um problema estadual, quando, ao contrário, as medidas de combate à corrupção que se têm dado nos últimos anos se dão no plano federal e não nos estados.” (sobre a cobertura da mídia).

E o Sr. acredita que se deve a quê essa falta de cobertura?

Olha, tem desde os comprometimentos políticos dos órgãos de comunicação em relação aos governantes, certamente isso faz parte, mas também faz parte a incompetência da imprensa. A imprensa brasileira é muito incompetente, notoriamente. Não sabe cobrir. A imprensa brasileira é declaratória, só pauta aquilo que se pede pra publicar, não consegue levantar alguma coisa. Não

tem recursos também. As empresas jornalísticas estão pela hora da morte. As redações estão esva-ziadas, não tem reportagem. E isso aí serve mal ao público. A imprensa fornece um retrato muito distorcido da realidade brasileira. Mas não digo isso nos termos que o Lula fala, entende?! Não é isso, vai muito mais fundo. E, também, essa falta de competência da imprensa brasileira “carrega água” para a demagogia do PT e do Lula. É tudo igual! A cobertura é um horror e isso distorce a imagem que o brasileiro tem do poder público em todos os níveis. Nos municípios então é uma tragédia completa! Disso aí não se conhece nada a respeito e é onde se gasta uma grande parcela do PIB, ou pelo menos do orçamento público, já que 80% dos municípios brasileiros não arrecadam o suficiente para viver. Dependem de repasse. Não têm condições de fiscalização, de controle local e é um dinheiro que não é gerado localmente e eles têm 100% de autonomia na locação desse dinheiro. Isso não pode funcionar, é um absurdo! É discursional. É impossível funcionar! É dinheiro jogado pelo lixo. Pela janela para o bolso dos políticos, geralmente.

Voltando àquele assunto da punição, o Sr. não acha que quando existe uma medida corretiva ou que quando a pessoa, antes de cometer o ato de corrupção, pense que a perda dela vai ser maior que o ganho, ela acaba por não fazer...

Aumentar os riscos é uma forma de se tentar coibir o ato. Mas o aumento do risco tem limites. Como qualquer um que já tenha trabalhado com política tributária sabe: não adianta aumentar indefinidamente os riscos. Isso não resulta numa redução da sonegação, por exemplo. Tem limites. A arrecadação tributária, o que procura o arrecadador é uma metáfora, a mesma coisa vale para combater corrupção. Você consegue aumentar os impostos até certo momento, a partir daquilo se começa a verificar muita queda. Então não se pode ultrapassar aquela linha apesar do risco. Agora, no caso de corrupção que envolve empreiteira, o risco para as empreiteiras é muito baixo! E aí se faz muita propaganda a respeito do risco de reputação da empresa e etc. Patentemente essas empresas estão se lixando para o risco reputacional. Nada pode ser mais mal visto do que uma empreiteira dessas daí. E elas tem alguma preocupação com isso? Nenhuma, obviamente. Então isso aí não vale nada.

“Aumentar os riscos é uma forma de se tentar coibir o ato. Mas o aumento do risco tem limites.”

O Sr. não acha que o risco de reputação no Brasil não é algo que pesa tanto para a opinião pública?

Não pesa nada! Claro que não. Isso não tem nenhuma importância. Aliás, quando se faz pesquisa de opinião, as pessoas percebem que não. As pessoas não estão nem aí. Não têm a menor idéia! Consumidores não consomem empreiteiras. Não acredito nesse negócio de empresa politicamente correta. Não creio nisso. E numa outra discussão, Mariana, no Brasil, se você disser que uma empresa usa coco de galinha ecologicamente incorreto, não muda nada pra empresa. Então tudo isso daí só serve pra alimentar organizações que vivem de arrancar dinheiro das empresas dizendo que isso é importante. Isso não é importante.

É como o caso de produtos ecologicamente corretos que não ganham da concorrência porque o consumidor vai pelo preço.

Preço é a única coisa que interessa! Não é possível falar sobre esses aspectos sem pensar nos fundamentos econômicos. O fundamento econômico é que regula a sociedade. E o fundamento econômico mais básico é o preço: “quanto é que isso pesa para mim?”

Qual a importância da união entre governo, estados e municípios no combate à corrupção?

Esse negócio de união não acontece. Não tem isso. As alianças táticas se dão com base em interesses. Veja: não há nada que o governo federal possa fazer para melhorar a aplicação do dinheiro que é proveniente, por exemplo, dos *royalties* do petróleo. Por que? Porque o governo não tem nada a ver com isso. Isso, de acordo com a Constituição, é receita própria dos municípios. Eles têm completa autonomia para lidar com esse dinheiro. Não há possibilidade nenhuma, nem do Estado, nem da União fazer alguma coisa a respeito. O que o governo federal pode fazer é apertar as condições que governam as transferências de recursos do tipo voluntário. Todos esses programas como o Bolsa Família, que não são programas constitucionais, onde uma porcentagem vai para a educação no município e ninguém tasca. É o município que decide e não tem nem fiscalização do governo federal só do Tribunal de Contas da União. Nos programas voluntários tem. Então o que tem feito o Governo Federal? Tem apertado as condições em que esses convênios são feitos; e as exigências de prestação de contas e a uniformização dos orçamentos – tudo o que é importante. Como é que se faz a licitação...etc .Os governos estaduais não fazem nada disso. Então você imagina a quantidade de convênios não sei de que tipo que o Governo do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul faz com os seus municípios. É imenso! Quem é que cobre essa porcaria? Ninguém! Você nunca vai ouvir falar. E não tem nenhuma espécie de controle, é tudo feito na base do apazinhamento. Isso é uma ineficiência lascada! É muita ineficiência e ninguém presta atenção. E é uma dinheirama que é extraída da população, no sentido de que o Estado tem menos recurso para investir porque uma grande parte daquilo está indo para o bolso de algum ladrão aí!

“80% dos municípios não arrecada o suficiente para viver. Desses daí metade, depende de repasses em mais de 90% do seu orçamento. No entanto, eles elegem Câmara dos Vereadores. É em cima desses lugares que se formam essas estruturas criminosas dos partidos políticos brasileiros.”

E não seria o caso, então, de se criar além do Tribunal de Contas algum organismo fiscalizador?

Mas o Tribunal de Contas é o organismo fiscalizador e não funciona! Claro, também do jeito que ele é montado! Os tribunais de contas são formados por agentes políticos que são colocados lá pelos governadores para garantir que não vão encher o saco dele no futuro. É pra isso! Então eles não podem funcionar também. Essas disfuncionalidades são muito fortes no Brasil. Mas a pior disfuncionalidade é essa descentralização absurda. Eu mencionei que 80% dos municípios brasileiros – isso aí é dado da Secretaria do Tesouro, que publica isso todos os meses – 80% dos municípios não arrecada o suficiente para viver. Desses daí metade, o que dá 40% do total, depende de repasses em mais de 90% do seu orçamento. No entanto, eles elegem Câmara dos Vereadores. O lugar que não arrecada não pode eleger ninguém! Desculpe, não dá! Você pensa que na Europa uma cidadezinha de 5 mil habitantes elege alguém? De jeito nenhum! Apenas obedece ordens. Não pode haver autonomia política sem autonomia econômica, ou pelo menos uma saúde econômica mínima. Isso é impossível. Se diz que isso aí é autoritário, a tutela desses lugares, sim senhora! São lugares que não podem ter autonomia. No entanto, na Constituição está garantido. Isso vai mudar? Não vai mudar, porque interessa aos políticos. É em cima desses lugares que se formam essas estruturas criminosas dos partidos políticos brasileiros. Então, sob esse ponto de vista, nós estamos fritos! Não tem saída. Isso aí é dinheiro jogado para essa classe que vai dominando, domina as instituições e é uma quadrilha no seu. De fato, a criminalidade é disseminada no mundo político.

Sobre o projeto de lei enviado para o Congresso no último dia 8 de fevereiro, quão importante ele é para o combate efetivo da corrupção?

Veja, o que o governo pretendeu foi dar mais “dentes” para as punições de natureza administrativa que podem vir a incidir sobre empresas que são fornecedoras do Estado. A Constituição brasileira não permite que se criminalize comportamentos de empresas, só em algumas áreas, tipo ambiental. Mesmo assim, raramente acontece. Então o que esse projeto tem, fundamentalmente, é a possibilidade de se punir administrativamente a pessoa jurídica que é envolvida num caso de corrupção. Por exemplo: uma empresa, o representante da empresa paga uma grana lá para o sujeito do órgão e a empresa pode ser punida. O que é um avanço. Acho que é um avanço. Mas, mais importante do que isso é algo que não está se prestando grande atenção. É um dispositivo desse projeto que diz o seguinte: o comprometimento dos controladores de uma empresa que é apanhada num caso desse. Por exemplo: descobre-se que na empresa fulana de tal, o seu representante pagou propina para um cara do órgão fiscalizador, a responsabilidade desse cara se estende pelas outras empresas em que ele é controlador. Esse é um problema muito sério nos fornecimentos de médio porte. O camarada é inadimplente no fornecimento do contrato, ele ganha um contrato, uma licitação, é inadimplente, ele fecha a empresa e abre outra. Isso acontece muito no comércio. O que é que faz comerciante? Entra em dificuldade, abre falência e abre outra empresa. O passivo fica aí no a e é a gente que paga. No Estado acontece a mesma coisa. Então esse dispositivo é poderoso. Porque se o sujeito for comprador de uma empresa que é declarada inidônea, todas as empresas daquele controlador serão declaradas inidôneas. Então não é simplesmente uma questão daquela empresa, em que muda o CNPJ fica tudo numa boa; a responsabilização do cara se estende às outras empresas. Isso é muito importante.

O Sr. Tem alguma expectativa sobre a votação do projeto de lei?

Não

O Sr. acredita que há lacunas no projeto de lei com relação à punição?

Eu acho que esse projeto atinge as áreas que precisam ser atingidas. Não tenho nenhuma crítica a fazer quanto a isso.

O dispositivo que amarra os empresários, identificando as outras empresas em seu nome e impossibilitando a abertura de outras é o maior trunfo do projeto?

Eu acho que tem maior capacidade de impacto. Tem mais do que a declaração de inidoneidade que já acontece.

Que ineficiências permitem a corrupção por parte do empresariado brasileiro?

Tem dois jeitos de as empresas acumularem dinheiro de caixa dois, que é isso que você está falando. O jeito que está ao alcance da quase totalidade das empresas brasileiras é a sonegação fiscal. Por que acontece sonegação fiscal? Porque a eficiência da arrecadação é baixa. Mas é mais baixa aonde? Nos municípios, que é onde tem a maior esculhambação. Em segundo lugar vem os estados e em terceiro a União. A máquina de arrecadação federal é muito mais eficiente do que as estaduais que são, por sua vez, muito mais eficientes que as municipais. Então se se reduz o acúmulo de dinheiro não declarado nas empresas está se aumentando a fiscalização. E



dinheiro não declarado nas empresas está se aumentando a fiscalização. E que outro jeito tem? Nenhum outro jeito. Agora, tem a outra forma de acumular dinheiro que é através das empresas que agem internacionalmente. São empresas de infraestrutura, geralmente, que têm negócios no exterior; alguns deles patrocinados ilegalmente pelo governo brasileiro. Como o BNDES faz, que é ilegal: financiar governos estrangeiros. Ele não pode fazer isso, isso é ilegal! Enquanto o Brasil faz a mesma coisa, ilegalmente também. Essas empresas operam financeiramente no exterior e se essa regulação financeira no nosso país já é merdífica, imagine internacionalmente. Ela não funciona. Não se tem visibilidade sobre os fluxos internacionais de capitais. Então, se é fácil no Brasil acumular dinheiro gerado localmente, imagine como é internacionalmente! O caixa dois dos grandes partidos políticos é muito alimentado por dinheiro que está no exterior! A propina é paga no exterior em dólar. Aí a responsabilidade dos partidos é internalizar e lidar com os doleiros. Mas não acontece aqui dentro; as empresas não são nunca apanhadas. Está fora o dinheiro! E isso é um problema universal, não só brasileiro. Porque uma vez que o dinheiro entra no sistema financeiro internacional, são muito fortes os interesses contrários à abertura dessas informações. Os bancos não querem, as empresas não querem e os governos não querem. Ninguém quer, logo ninguém vê. As operações que são feitas numa conta *offshore*, não são registradas no Brasil, são registradas na *offshore*. Por isso tem os chamados refúgios fiscais, que a ignorância brasileira chama de paraíso fiscal. Não é paraíso nenhum é refúgio! Nesses refúgios fiscais existem paraísos para se tornar mais difícil determinar de onde veio e para onde foi.

“Embora a Constituição Brasileira garanta a todo cidadão o direito de acesso à informação, a requisitar informação para o Estado, se você sai do plano federal a disponibilidade de informação por aí é nenhuma. Então não se consegue fiscalizar o Estado.”

O texto do Projeto de Lei segue padrões já adotados em outros países, como Estados Unidos, Itália, Grécia e Chile. Em que outras práticas e leis que combatem a corrupção o Brasil deve copiar outros países mesmo com essa organização diferenciada de ser muito descentralizado?

Ih... essa não é uma resposta fácil de dar. Tem medidas que são eficazes em determinado tipo de arcabouço institucional e que não faria nenhum sentido em outro. Então eu diria que muita coisa sobre essas medidas gerais de controle de corrupção que são aconselhadas por aí, pelos países afora, já são adotadas no Brasil. Por exemplo, visibilidade sobre doações eleitorais. A apresentação eleitoral exige uma declaração. O Brasil tem isso avançado há muitos anos, está sempre na ponta disso daí mas não tem, por outro lado, uma regulamentação do direito de acesso à informação. O executivo manuseou ao Congresso um projeto de lei complementar nessa direção que nasceu aqui, nós é que inventamos. O que acontece com isso é que, embora a Constituição Brasileira garanta a todo cidadão o direito de acesso à informação, a requisitar informação para o Estado, se você sai do plano federal a disponibilidade de informação por aí é nenhuma. Então não se consegue fiscalizar o Estado. Não se consegue acompanhar o que está acontecendo no Estado, no poder público do plano federal para baixo. Há diferenças entre os estados, mas a quase totalidade deles não faz nada. A começar por São Paulo, que não tem nada.

Mas o Sr. diz em relação à ferramentas pra se buscar essa informação...

Não, a própria informação. Cadê informação sobre os convênios que o Governo do Estado de São Paulo firma com os municípios? Onde é que está? Não está. Esse que é o bom teatro, deliberadamente, é claro. Então se se tiver uma legislação federal que obrigue, pode-se chegar lá e falar “você

tem que fazer!”, “tem que dar a informação”. Aí entra de novo o caso da imprensa. Por que que a imprensa brasileira, no caso o Estado, a Folha, nunca processaram o Estado de São Paulo para pegar informação? Vão sempre em cima do governo federal ou da Câmara dos Deputados, aqui, negativo. E é ruim demais porque você anda numa cidade como São Paulo, que é uma das maiores cidades do mundo e veja como é que são as ruas! São um desastre! É fruto de quê? De incompetência e roubalheira. Não tem eficiência nenhuma esse processo. Eu pertencço à classe média alta, só ando em lugar de classe média alta e parece Bagdá! Impressionante! Como é que pode ser isso aí? Pode ser porque estão roubando e porque são incompetentes também. E dá na mesma, porque onde tem incompetência tem roubo.

O Sr. acha que aumentar a quantidade de cargos concursados também auxilia no combate à corrupção?

Não é tão simples assim. Esse problema de nomear gente demais, o problema fundamental não é se traz para-que-distas, gente de fora do Estado. Porque também tem esse problema: um monte de gente que não entende nada e que põem para dirigir não sei o quê e não têm a menor noção do que se trata. Mas esse não é o maior problema. O maior problema é o sujeito que é concursado da Secretaria da Fazenda, onde não pode colocar um sujeito qualquer, porque o cara tem que ser da carreira. Para ser diretor de área da Secretaria da Fazenda de São Paulo tem que ser da carreira, não pode ser qualquer um. A maior grande parte dos cargos do Estado não tem carreira, na educação, saúde. Mas essas áreas cruciais têm carreira. O problema não é o organismo. Esse sujeito que está na carreira de fiscalização e controle, por exemplo, ele sabe, que se ele não se acertar com nenhum partido político ele não vai ser nomeado para ocupar um cargo de responsabilidade. A liberdade de nomeação, abastarda a prestação de serviço público dos agentes públicos concursados. Eles se transformam em agentes políticos e não agentes públicos. Eles servem aos interesses dos seus donos, dos caras que puseram eles lá, e não ao interesse do público. Eles não têm independência em relação ao poder político. A redução dessa prerrogativa de nomear teria que vir aos poucos, teria-se que reduzir a porcentagem de gente que é nomeada ao longo do tempo, porque não dá para fazer isso de uma vez só. Isso ajudaria na melhoria da formação dos agentes públicos e estimularia a criação de mecanismos de ascensão dentro das suas carreiras com a melhoria da prestação de serviços. Não é para “depois de amanhã”, é uma coisa que vai demorar uma geração para acontecer. Mas é tudo devagar assim mesmo. Certamente uma forma de se melhorar a eficiência do Estado é fixar melhor o agente público na sua carreira, certamente, mas isso aí vem como consequência. Não é uma coisa do tipo professor da rede pública, que usa isso para se manter na incompetência. Não. O agente público tem que ter garantia de ascensão profissional por mérito e tem que poder ser demitido. Se você fizer isso com os professores da rede pública do Estado de São Paulo 95% seriam demitidos, são analfabetos! É algo que vem da necessidade de se ter uma prestação de serviço público que sirva ao público. Se elas servem ao público, tem-se que imbutir nessas carreiras essa consciência que se dá pelo comprometimento da pessoa com aquilo lá. Se você for à Paris e perguntar “quem é o responsável pela iluminação dos monumentos da cidade?” É um sujeito que está lá há 40 anos! Passa de administração para administração e é sempre a mesma pessoa, porque ela sabe fazer aquilo lá. Ele não vai ser demitido para colocar o nomeado da Marta Suplicy lá, isso não vai acontecer porque se acontecer cai o mundo!

“A liberdade de nomeação, abastarda a prestação de serviço público dos agentes públicos concursados. Eles servem aos interesses dos seus donos, dos caras que puseram eles lá, e não ao interesse do público.”

O que o Sr. acha que o cidadão pode fazer, já que é um direito constitucional, para exigir maior clareza das contas públicas?

Olha, o cidadão individual, não faz nada. As pressões sobre o Estado, sobre o poder público, são originadas de organizações que são formadas em torno de interesses. As mais claras são os sindicatos, as organizações empresariais, as organizações profissionais, que têm interesses claramente definidos. Mais recentemente seriam as ONGs, que têm interesses mais difusos, como é o nosso caso. Eu não tenho interesse material nisso ou naquilo, eu tenho uma visão da sociedade e busco incrementar as condições para que aquela visão se materialize em algum momento. Uma associação de moradores de um bairro, por exemplo, tem o interesse de ver as condições de vida daquele bairro melhorar. E é isso que faz pressão. Fora disso não tem. O sujeito do botequim ali não tem cabeça nenhuma, que pressão? Nem condições tem. Os intermediários da informação é que têm a grande responsabilidade disso, em primeiro lugar a imprensa. A imprensa é o principal veículo de disseminação de informação sobre o Estado. E como é que faz isso? Mal. Porque as pessoas não conhecem o Estado, porque a imprensa cobre cheia de filtros e distorções. Então a visão que as pessoas têm sobre o Estado é muito superficial e erradamente aprofundada porque é desigual.

O Sr. disse que a descentralização no Brasil é um problema para se combater a corrupção mas ao mesmo tempo com uma fiscalização local, uma eleição local de um político local, o Sr. não acha, como muitas pessoas defendem, que o voto distrital é uma forma de melhorar a isibilidade da atuação do político para o público local?

O voto já é distrital. Já é distritalizado. Primeiro: eu acho e insisto que só é possível ter eleição em lugar que se tenha geração de riqueza, se tem arrecadação de IPTU, de ISS e tal. Se tem, dá para eleger. Se não tem, não dá para eleger. Obedece ordens. Segundo: as eleições são um processo fortemente influenciado pela circulação de informação. Então, se o público não recebe informação adequada a respeito dos candidatos e de seus partidos, como é que ele vai votar direito? Não pode votar direito. Esse processo é muito imperfeito. Não estou dizendo que ele deva desaparecer, estou dizendo que ele é imperfeito. E ele é tanto mais imperfeito quanto mais miserável e desgraçado o lugar é. A maior parte do Brasil é miserável e desgraçado. Portanto, na maior parte do Brasil o que se elege é um lixo completo. Como prova Brasília! Agora, esse argumento de que a comunidade local tem que eleger quem é que manda, é um argumento típico da descentralização que estava em voga na década de 80 quando a reconstrução brasileira foi formulada. Um paroxismo completo de descentralização que essa reconstrução tem. No Brasil o município é "ente federado", o que é que isso! Isso aí só pode ser garantia, ou pelo menos, favorecedor das condições de controle, se houver conflito de interesses da população, se o contraditório puder se estabelecer. Se não houver possibilidade de contraditório, o que exatamente estaria em oposição numa eleição? Nada? Não tem contraditório, todo mundo depende da prefeitura. Então isso não pode funcionar e quanto ao voto distrital, isso aí é uma ilusão! O voto distrital é uma coisa que tende a cristalizar o domínio de determinados partidos e grupos políticos em lugares. Porque uma vez que você forma um distrito, dá-se uma imensa força para o sujeito que já foi eleito, particularmente no Legislativo. O voto distrital é uma forma de se tornar mais difícil o *turn over* naquele lugar. A adoção de voto distrital, foi usada classicamente para isso. A eleição brasileira é muito distritalizada. O sujeito não se elege no estado inteiro, ele se elege numa cidade, num bairro. Domina aquele local.

Mariana Fernandes
Editora

sumário)



Serviços de Consultoria

Plano de Continuidade de Negócios - PCN

Sua empresa está preparada para um evento de DESCONTINUIDADE??

A operacionalização de um PCN é um processo estruturado para:

- Melhorar proativamente a resiliência da empresa contra possíveis descontinuidade;
- Restabelecer a capacidade de fornecimento de produtos e serviços;
- Proteger marca e reputação

O PCN possui normatizações e regulações, com base nas melhores práticas internacionais.

No Brasil, através da ABNT, tem as normas ABNT NBR 15999 - 1 e 2, que descrevem o processo, estrutura e conteúdo de um sistema de Gestão de Continuidade de Negócio.

Capacite sua empresa para resistir aos efeitos de um incidente!!!!

Consulte – nos!!!!

informações | 11 5531-6171
| www.brasiliano.com.br
| info@brasiliano.com.br



ACONTECE

na *Brasiliano*

Mariana Fernandez

AUTÓGRAFOS E MBA

Início da 2ª. Turma do MBA de Fraudes

Teve início este mês o primeiro curso MBA Gestão de Riscos e Fraudes Empresariais da Brasiliano & Associados, o primeiro curso com foco em processos de fraudes corporativas.

Voltado para os tomadores de decisão das empresas, o objetivo principal deste MBA é formar quadros especializados na detecção, controle e prevenção da fraude, concentrando sua atenção em riscos no processo.

Contudo, porque se reconhece que um gestor de fraudes empresariais deve ter uma sensibilidade e formação interdisciplinar – jurídica, criminal, informática e tecnológica, psicológica, econômica, financeira e contábilística – o MBA também contém disciplinas desses temas.

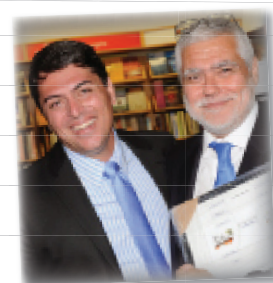
Com previsão de conclusão para maio de 2011, o curso conta com cinco módulos e dez professores altamente gabaritados.



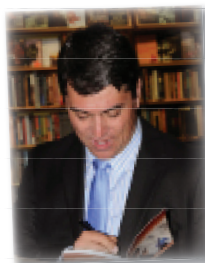
Clique aqui para saber mais informações sobre o MBA de Fraudes da B&A.

Autógrafos no sul e sudeste

Ayrton de Oliveira Cardoso e Antonio Celso Ribeiro *Brasiliano* distribuíram autógrafos nos exemplares de seus últimos lançamentos na Livrarias Curitiba no Shopping Estação em Curitiba, Paraná no último dia 20 de abril.



Ayrton autografou o livro *Guia Prático do Agente de Segurança e Brasiliano Gestão e Análise de Riscos Corporativos: Método Brasileiro Avançado*, ambos lançados pela Sicurezza Editora.



“O guia aborda todos os aspectos globais de Segurança de uma maneira prática e amena”. “Escrita em uma linguagem clara e direta, destina-se aos operadores, gestores operacionais da área de segurança, seja empresarial ou pública, como fonte de consulta rápida e imediata, por oferecer grande número de informações”.

Já a metodologia avançada de *Brasiliano*, aborda de forma objetiva um framework para que as empresas possam implantar um processo de Gestão de Riscos Corporativos – GRC, já alinhado com as diretrizes da ISO 31000.

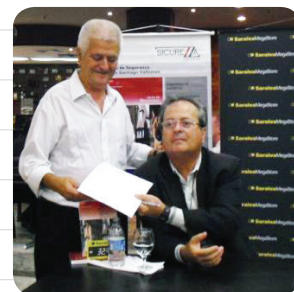
Para Ayrton Cardozo “o evento foi num local agradável e emblemático [...] pois sempre que posso estou entre as prateleiras, buscando obras que possam de alguma forma auxiliar nesta lapidação contínua, que representa a busca por nos tornarmos alguém melhor”.



Sobre a emoção do evento, o autor declarou que “ter uma obra lançada, possui inúmeras dimensões [...] como o reconhecimento por parte da editora que acreditou no conteúdo e na sua importância para o mercado, [...] pois acredito que de nada serve o conhecimento se não conseguimos compartilhá-lo e no caso desta obra com profissionais que atuam em uma área tão sensível, como é a segurança privada e que ao mesmo tempo é capaz de agregar muito valor para a empresa contratada, quando bem realizada. A segunda dimensão, que posso citar é imensurável e diz respeito ao sentimento interno de visualizar algo que você há muito tempo idealizou, foi construindo ao longo dos anos com ajuda de inúmeras pessoas, formações e experiências pessoais e que está ali, materializado em sua frente. É um sentimento muito especial.”

Sete dias depois, muitos autógrafos foram distribuídos nos exemplares de *Dicas de Segurança* de Hélio Santiago Vaitsman, na livraria Saraiva do Shopping Rio Sul, na cidade do Rio de Janeiro.

Lançado pela Sicurezza Editora, o título de Vaitsman traz dicas que distanciam a vida diária do cidadão dos perigos da criminalidade.



Confira a resenha completa dos lançamentos da Sicurezza Editora no Blog da Brasileiro & Associados.

[sumário](#)

A person in a dark uniform, likely a security guard, is shown from the waist down. They are wearing a utility belt with several pouches and are holding a handheld device, possibly a scanner or a communication device, in their right hand. The background is plain white.

A Importância da Gestão do Risco no Serviço de Proteção Pessoal

Ayrton de O. Cardozo

Não podemos falar do profissional de segurança sem que falemos numa preparação técnica profissional adequada às situações dos novos tempos. A evolução da área de segurança é facilmente perceptível através do uso de ferramentas administrativas que outrora jamais fizeram parte do cotidiano da área. O estabelecimento de metas e objetivos, a eficácia do serviço contratado como resultado da efetividade e eficiência constatada, da exposição e mensuração do risco, são alguns dos novos desafios a enfrentar.

Mas a resposta para esses desafios a serem vencidos será a soma das experiências profissionais, da qualificação pessoal e dos valores éticos e morais vividos e será o grande diferencial neste mercado cada vez mais competitivo.

A busca por conhecimentos deve ser incansável ao longo de nossa carreira, pois já está longe o tempo em que os atributos de um bom profissional de segurança eram seu porte físico e o tom rude e impositivo com que tratavam "seus clientes". Hoje, o mercado é muito mais seletivo e exigente e busca no profissional do segmento, uma nova postura comportamental, adequada

à evolução e velocidade que o mundo vive. Atuar na proteção executiva significa ser discreto nas ações e pensar preventivamente.

Uma importante questão levantada toda vez que se necessita contratar um serviço de proteção executiva, ou um serviço de motorista é como deveremos definir a estrutura necessária para a proteção de um executivo ou autoridade?

Só há uma maneira de respondermos a esses questionamentos, através de uma avaliação de riscos bem feita e que dimensione de forma efetiva as possíveis ameaças que submetem nosso cliente. Para chegar às respostas necessitaremos saber a probabilidade de ocorrência do risco bem como o impacto gerado no caso do mesmo vir a produzir-se. Uma visão prospectiva e holística se faz necessária.

Desde novembro do ano de 2009, com a chegada da ISO 31000 – *Principles and Guidelines for Risk Management* - que foi fruto de um trabalho exaustivo de profissionais extremamente capacitados ao redor do mundo, a área de segurança conta uma normatização que visa harmonizar padrões, regulamentos e *frameworks*. Os objetivos principais da norma são tanto estabelecer uma linguagem unificada quanto difundir práticas de sucesso no mundo do RISCO.

Com uma visão muito além de seu tempo, o mestre Antonio Celso Brasileiro, há aproximadamente 10 anos, já havia declarado que seria necessário ter uma ferramenta que pudesse dimensionar através de critérios técnicos a identificação dos fatores que poderiam concretizar o tão falado RISCO. Iniciou-se então o desenvolvimento de uma ferramenta, que foi identificada

como Metodologia Brasileiro e que hoje através da ISO 31000, perpetua-se como um marco na área de segurança e gestão de riscos no Brasil e mundo afora.

Somente com a utilização de ferramentas que possam identificar os riscos é que poderemos responder ao questionamento quanto ao tamanho exato da estrutura a ser utilizada na proteção do executivo que desejamos proteger.

A utilização da Metodologia Brasileiro, como segue abaixo, nos auxiliará na identificação e parametrização dos riscos.

A resposta para o questionamento inicial, qual estrutura deve ser utilizada para o executivo que devemos proteger ?, começaremos a encontrar no item 5. AVALIAÇÃO DOS RISCOS. O item 5.1 Matriz de Risco e 5.2 Nível de Risco nos fornecerão com tecnicidade as respostas que tanto buscamos, através da ferramenta Matriz de Risco.

O tratamento a ser dado e a resposta dependerão justamente do quadrante em que o risco se encontrar, sendo que a resposta deverá estar condicionada aos mesmos.

Somente da forma descrita poderemos responder ao questionamento formulado inicialmente e tantos outros que se apresentam em nosso dia-a-dia, de forma técnica e assim estabelecer uma relação custo x benefício equilibrado, deixando o “achotécnico” como uma lembrança dos dias em que a segurança era simplesmente uma fonte de gastos para as estruturas empresariais. Hoje, ela passou a ser uma fonte de prevenção de perdas, justificando sua existência.

Ayrton de O. Cardozo
Consultor da Brasileiro Associados

sumário





OS EFEITOS (“NO BOLSO”) DA CORRUPÇÃO

A corrupção é o melhor meio para se destruir a sociedade onde se vive, é o que demonstra Lara Pereira Mendes em sua obra de interesse público e imprescindível

Que a corrupção beneficia a quem rouba não há dúvidas, que prejudica a quem é roubado também. Quando o roubo é de dinheiro público, é, consecutivamente o público que sofre o desfalque. O que Lara Pereira Mendes nos mostra em *Corrupção: um efeito sobre a taxa de juros* (Sicurezza, 2010), no entanto, é a maneira tão veemente que os efeitos da corrupção se fazem no “bolso” dos cidadãos.

O crime “vale a pena” de imediato para quem rouba, mas este próprio, também é vítima de seu ato criminoso. Sendo uma nação composta de indivíduos, quando algum desses tenta se beneficiar roubando o dinheiro de todos, também está roubando a si próprio, a seus familiares, amigos e aos outros indivíduos que fazem parte da nação.

Mas de que forma e em que amplitude se apresentam os efeitos da roubalheira?

Na dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia de Empresas da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Economia do Trabalho, a autora mostra que, além da perda direta dada pela subtração de ativos dos processos econômicos naturais, a corrupção também provoca perdas indiretas, como o aumento da taxa de juros básica do Estado que contém o crescimento de toda a nação.

O objetivo do trabalho de Lara foi o de verificar se os níveis de corrupção, medidos pelo Índice de Percepção de Corrupção (IPC), influenciam a taxa básica de juros.

A hipótese levantada pela autora para o problema “é que a corrupção está relacionada a baixa segurança que o Estado oferece ao investidor, seja residente ou não residente, o que significa maior prêmio de risco, que por sua vez implica em maiores retornos (juros). Para que um país consiga atrair capital estrangeiro, para o financiamento da Dívida Externa, por exemplo, é necessário que os Bancos Centrais tornem a taxa de juros do país mais atrativa, do ponto de vista financeiro. Além disso, a corrupção aumenta os custos para as empresas, seja pela liberação de “propinas”, seja pelo atraso na implantação dos projetos de investimentos, caso as firmas não aceitem se corromperem.”

Ao longo do trabalho, estruturalmente bem organizado e com conteúdo de linguagem clara e otimizada, a autora concluiu que “independentemente do modelo político-econômico adotado há influência da corrupção quanto aos níveis da taxa de juros”.

Confira abaixo uma entrevista com a autora.



O que influenciou na escolha do tema para sua dissertação de mestrado?

Quando estava fazendo o mestrado, com especialidade em Economia do Trabalho, descobri uma área pouco pesquisada por economistas, mas que me chamou muito a atenção, que é a ECONOMIA DO CRIME. Nessa área tem poucos artigos publicados, mas o primeiro que li foi: Gary Becker (1968). "Crime and Punishment: An Economic Approach". The Journal of Political Economy. Foi o primeiro artigo publicado na área de economia do crime. A partir daí, tive a oportunidade de ler vários outros artigos publicados na área. Mas vários artigos publicados dizem respeito ao custo do governo com relação ao nível de investimento em segurança.



Quanto tempo durou a produção do trabalho?

A pesquisa durou aproximadamente dois anos. Foram consultas em sites especializados, o principal foi o www.transparency.org, com diversos especialistas no assunto, que colhi quando da pesquisa de referências bibliográficas.

De onde surgiu a idéia de que a corrupção influenciaria na taxa básica de juros?

Bem, a primeira idéia que tive foi verificar se o nível de corrupção, medido pelo Índice de Percepção de Corrupção (IPC), influenciava o desenvolvimento do país. Foi então que descobri que já haviam vários estudos nessa área, ou seja, essa idéia já estava bastante discutida entre os especialistas, e firmada, no sentido de que a corrupção era um fator de influência sobre o nível de desenvolvimento do país. Daí pensei que se isso fosse verdade, a corrupção também influenciaria o risco país, que é um índice que mede o nível de risco do país, calculado pelo JP Morgan. Mas quando verifiquei a metodologia de cálculo do risco país, verifiquei que o IPC já fazia parte do cálculo, e isso, do ponto de vista econométrico, inviabilizava tal estudo. Mas mesmo assim fiquei feliz, pois era sinal que minha linha de raciocínio estava correta, afinal, o risco de um país era influenciado pela corrupção, pois se um investidor estrangeiro iria investir em papéis, o risco dele era avaliar também qual o nível de corrupção. Foi pensando assim que veio a sacada final! Se o IPC já fazia parte do nível de risco de um país, qual seria outro atrativo para um investidor estrangeiro aplicar naquele país? A taxa de juros é claro! Existe uma regra básica na área financeira que diz o seguinte: Se você quer um retorno financeiro alto, o risco também será alto. Então foi aí que pensei, se o nível de corrupção influencia o risco do país, influenciaria também na taxa básica de juros, aquela praticada pelos Bancos Centrais, que são definidas de acordo com a política econômica de cada país.

Além da satisfação pessoal e obtenção do Título de Mestre em Economia do Trabalho, você almejou algum outro objetivo com o trabalho? Transformá-lo num livro, por exemplo?

Enquanto realizava a pesquisa, eu estava tão empolgada com o assunto que não imaginava no que poderia dar. Mas ao final do trabalho, verifiquei que isso poderia ser utilizado como um dos pontos de análise da política econômica de cada país. A questão da CPI do Mensalão, instaurada em julho de 2005, por exemplo, influenciou o PIB mensal, câmbio e taxa de juros. A idéia da minha pesquisa era de divulgar o resultado, de modo a criar uma consciência crítica nos governantes e influentes da nossa economia e política. Dessa forma, sempre que surgia uma oportunidade, conversava com

estudiosos sobre o assunto. Foi numa dessas conversas que tive com o Brasileiro, que surgiu a oportunidade de divulgar o trabalho por meio de um livro.

O ideal de mostrar que o ganho ilícito e individual que pressupõe o ato de corrupção transforma-se num prejuízo à toda nação e, inclusive, à quem rouba, foi um dos fatores que te motivou a desenvolver o tema?

Imagino que o ganho individual e ilícito seja algo bastante importante, mas a motivação era fazer uma análise mais macro de todo o processo, identificando os principais pontos vulneráveis para uma política econômica. Mas é sempre bom lembrar que o fato desse ganho ilícito e individual, conhecido no país como o famoso “jeitinho brasileiro”, também influencia na gestão interna. Assim, o segundo passo do trabalho é realizar um estudo do Brasil tentando verificar como o nível de corrupção por estado influencia o nível de repasse do governo, bem como o investimento e desenvolvimento. Claro que isso já é verificado em época de eleições. Verificarmos, por exemplo, o caso recente de Brasília. Existem várias obras começadas em meados de 2009 e até agora não finalizadas. Mas essa análise fica para um doutorado!

Que medidas, em sua opinião, devem ser tomadas para que se combata a corrupção de maneira eficaz?

Em um dos artigos que li, tem uma idéia de que quanto maior a burocracia, mais propício é o incentivo à corrupção. Processos mais rápidos, transparentes e eficientes minimizam essa prática ilícita. A área jurídica realiza várias pesquisas nesse assunto. Para quem gosta do assunto e quer se aprofundar, sugiro uma boa leitura no site: <http://www.transparencia.org.br/index.html>. Nele há artigos, estatísticas, opiniões, estudos acadêmicos e claro, algumas publicações. Gostaria que mais economistas conhecessem a área de economia do crime, e que, para aqueles que gostarem do tema, possam realizar estudos, pesquisas, com o objetivo de desvendar e, quem sabe, propor vârstarem do tema, possam realizar estudos, pesquisas, com o objetivo de desvendar e, quem sabe, propor soluções aplicáveis na área.

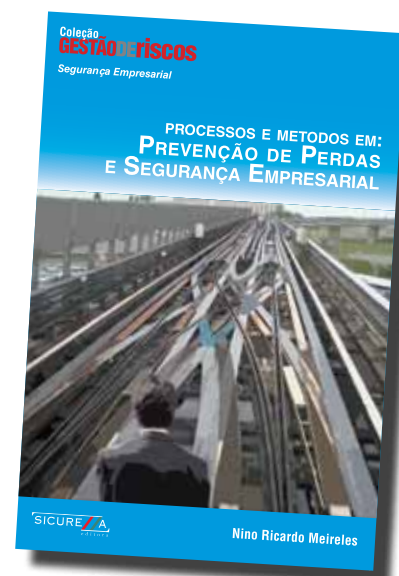
Informações sobre o lançamento do livro no Blog da Brasileiro & Associados.

PREVENÇÃO DE PERDAS E SEGURANÇA EMPRESARIAL:

O MANUAL DO ELO LUCRATIVO

Vivemos numa conjuntura de mercado onde as margens de lucro dos varejistas são, em geral e já a algum tempo, bem pequenas. Por isso, esses agentes econômicos priorizam operações que possam gerar eficiência, com o objetivo de reduzir despesas.

A melhor maneira desta que constitui a maior fatia do comércio reduzir suas despesas é com a gestão de processos, pessoas e produtos, buscando a identificação das causas que influenciam diretamente na redução dos lucros.



A preocupação com perdas - lucro ou resultado não alcançado por motivo de extravio, desperdício, quebra ou administração ineficiente - é indispensável para o sucesso empresarial.

A gestão das perdas, ou seja, o meio utilizado para minimizar a probabilidade de concretização das perdas, e o gerenciamento pelas diretrizes potencializam o crescimento das empresas para que estas superem seus concorrentes e atendam às exigências do mercado.

Neste âmbito a segurança empresarial aparece como maior aliada dos gestores na prevenção de perdas da corporação.

“O sistema preventivo e contingencial de segurança serão desenvolvidos para dar suporte ao alcance das metas desenvolvidas pela alta administração, ou seja, a gestão da segurança não é uma coisa a parte, mas sim integrada ao negócio da empresa”, explica o Prof. Nino Ricardo Meireles em sua obra Processos e Métodos em: Prevenção de Perdas e Segurança Empresaria (Sicurezza, 2010).

Mas para que o gestor da segurança corporativa possa atuar na gestão de perdas é necessário que ele tenha conhecimentos específicos desta área da segurança empresarial.

O objetivo do livro, segundo o autor, é o de “busca dotar os gestores dos conhecimentos necessários para serem capazes de fazer uma gestão científica e alinhada com a estratégia da empresa”, e ele o faz. Em mais de 400 páginas a obra não deixa lacunas quanto aos métodos e processos necessários para uma eficiente gestão de perdas. Além disso, suplementa o tema abordando o papel fundamental da segurança para o êxito do propósito.

Confira informações sobre o lançamento do livro no Blog da Brasiliano & Associados.

CENÁRIOS CONTRA AS INCERTEZAS DA SEGURANÇA

“Como se pode monitorar prospectivas em segurança pública e privada com a utilização de cenários para o planejamento estratégico das empresas?”

O que fazer para saber algo acerca do futuro com base nas experiências adquiridas até o presente? Como diminuir as incertezas em relação aos riscos certos e possíveis?

Antonio Celso Ribeiro Brasiliano, em sua tese Cenários Prospectivos em Gestão de Riscos Corporativos: estudo de caso da segurança pública e privada brasileira – Rio de Janeiro (Sicurezza, 2010) faz da elaboração de cenários, uma maneira de “transformar a incerteza total em incerteza parcial”. Segundo o autor, “este é o objetivo do gerenciamento de riscos ao elaborar cenários prospectivos, específicos de riscos corporativos [...] pois o próprio gerenciamento de riscos é a análise de condições futuras”.

O autor explica que as organizações de uns anos para cá, vivenciando o cenário da Nova Economia, começaram a observar e sentir que as consequências em função da concretização dos riscos poderiam ser catastróficas para seus negócios. Mesmo levando em consideração que o risco acompanhe o homem e seja inerente à sua natureza, com o ganho de amplitude acelerado com a economia



globalizada, os homens e suas respectivas organizações não encontram-se preparados para lidar com as possibilidades de eventos incertos que se multiplicaram.

Por isso, nota na obra que “para o efetivo gerenciamento de riscos decorrentes das atividades desenvolvidas nas organizações [...], é necessária a elaboração de cenários prospectivos para que os gestores tenham a visão holística das variáveis externas, com o estudo de suas respectivas interações e interações.

Sobre as contribuições conferidas ao estudo de cenários, Brasiliano cita Schwartz, e diz que além da escolha de estratégias, outros tipos de contribuição podem ser considerados, tais como “a unificação da linguagem da organização, o auxílio no desenvolvimento de sua criatividade e a criação de redes de informação”.

De modo geral, dentre outros objetivos específicos, a tese visa “construir um referencial teórico metodológico de monitoração de cenários prospectivos, específico para a segurança pública e privada, que facilite a implantação e execução deste processo nas organizações, permitindo aos seus gestores uma melhor compreensão dos riscos que possam impactar os seus negócios.

Portanto, se você quer aprender a identificar as incertezas irreduzíveis, aproveitar os conhecimentos disponíveis dos colaboradores da empresa, abarcar perspectivas externas e saber moldar tudo isso à sua organização, deve aprender a construir cenários.

Antes, porém, e, sobretudo, vale ler a obra de Brasiliano, que, além de fornecer metodologia para o estudo, traz casos e mostra-se coerente ao demonstrar a própria tese e sua base de partida.

O lançamento do livro será em breve, com divulgação no Blog da B&A.

Editora Sicurezza, trazendo a informação!!

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DE 2010



sumário